

PORTUGAL PRECISA DE QUE ESTE GOVERNO SEJA DEDITADO

Lei de «segurança interna»

**Face ao protesto
popular
e democrático
Governo
e maioria
tentam salvar
a lei fascista**

Pág. 3

Plano de «Recuperação»

**«Não é um programa
de recuperação económica
mas um novo plano
para apressar
a recuperação capitalista
e monopolista»**

— afirmou Álvaro Cunhal no comício
da Festa da Alegria em Braga

Discurso de Álvaro Cunhal, Pág. 5 • Nota da SIP, Pág.
3 • Artigo no Suplemento

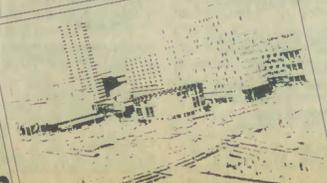
8.ª CONFERÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA
No próximo fim-de-semana reúne-se em Évora a 8.ª Confe-
rência da Reforma Agrária sob o lema *Pão, Trabalho, Pro-
dução* e a que assiste o secretário-geral do PCP — Pág. 7

Suplemento /



Uma política apontada
contra o Poder Local
democrático

Com este
Governo
e com este
«Programa
de Recuperação»
O PIOR
ESTARIA
PARA VIR



ENCONTRO DAS ORTs DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Os trabalhadores das empresas
públicas reúnem-se hoje em
Lisboa para analisar a situação
criada pelo Programa de «Recu-
peração» do Governo — Pág. 7

OBJECTIVA

Exposição de Arte Fotográfica
Festa do «Avante!»—1984

**Neste número
o regulamento
para participação**

SEMANA

4 Quarta-feira

O secretário de Estado do Emprego, Rui Amaral, é acusado pela Federação dos Sindicatos da FP de distribuição discriminatória de mais de 8 milhões de contos de empréstimos ao patronato, de milhares de contos a fundo perdido à UGT e de variados outros esbanjamentos que incluem o recrutamento, e fora da FP, de uma «corte» de assessores, além de «vistos de dinheiro» em viagens que as funções do gabinete não justificam. ■ A Soporcel, «empresa modelo» como tem sido apresentada, do ramo da celulose, «não estava legalmente autorizada a funcionar» segundo declarações do subdirector-geral da Qualidade Industrial na sequência de um derrame de matérias poluentes que invadiram cerca de 12 quilómetros da costa, na zona da Figueira da Foz. ■ Segundo o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, a Lei de Segurança Interna que o Governo PS/PSD tenta fazer aprovar no parlamento é substancialmente copiada de uma outra, rejeitada pelo parlamento espanhol. ■ Nas cercanias de Joanesburgo — África do Sul, duas minas estão paralisadas: os mineiros, mais de um milhar, lutam por aumentos salariais.

5 Quinta-feira

Em Setúbal, mais de 6 mil trabalhadores concentram-se junto ao Governo Civil, pelo pagamento de salários em atraso e garantia de emprego. Em muitas empresas houve durante o dia paralisações temporárias. ■ 60% a 80% de adesões é a primeira estimativa da adesão à greve nacional da indústria têxtil que hoje decorra, com destaque para os números e percentagens de trabalhadores que paralisaram na corda da serra da Estrela. ■ Os bombeiros portugueses exigem que o Governo pague o subsídio de combustível que lhes é devido no prazo de 30 dias. Esta é uma das reivindicações, constante das conclusões agora divulgadas, do recente Congresso que realizaram em Loures. ■ Em mensagem dirigida ao povo de Cabo Verde por ocasião do 9.º aniversário da independência, o Chefe de Estado Aristides Pereira volta a denunciar as forças favoráveis dos «desequilíbrios e agravamentos sociais e económicos que prevalecem no mundo actual».

6 Sexta-feira

Juristas de prestígio e de um largo leque político ontem à noite reunidos no anfiteatro da Biblioteca Nacional consideraram a nova Lei de Segurança proposta pelo Governo uma monstruosidade incompatível com a democracia e com a legalidade. Em nome de todos e como conclusão do debate, diria Adelino da Palma Carlos: «Estamos todos de acordo no combate a esta proposta de lei inaceitável». ■ CGTP e PMCI's rejeitam expressamente, em comunicado, o «Programa de Recuperação Financeira e Económica» anunciado no início da semana pelo ministro Ernâni Lopes. ■ Em Lisboa morre o jornalista Manuel de Azevedo, democrata e profissional de prestígio, que em tempos da ditadura fascista teve papel importante na animação da actividade e movimentos culturais — nomeadamente o cineclubista. Trabalhava desde há 23 anos no «Diário de Lisboa». ■ O Governo das Honduras define medidas para rever os tratados de cooperação com os EUA («mantendo inalterável a amizade que nos une») e impedir no país actividades terroristas contra a revolução na Nicarágua.

7 Sábado

A Comissão Nacional do PS, reunida durante todo o dia por convocação de 16 dos seus membros, ocupou-se primordialmente da Lei de Segurança Interna, tendo muitos dos presentes expressado posições de crítica e oposição. ■ A Festa da Alegria em Braga, uma grande realização político-cultural já com tradições no Minho, teve esta noite o seu grande momento com a intervenção durante um comício do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal expressou ali as posições do PCP face à actual política antidemocrática, as propostas do Partido para a ultrapassar, e sublinhou que não se pode esperar pelas eleições presidenciais para se concluir se, sim ou não, é de substituir o Governo. ■ Um apelo à juventude e aos estudantes portugueses e suas estruturas para que iniciem desde já acções preparatórias do XII Festival Mundial da Juventude — Moscovo, 1985 — foi o primeiro acto do comité nacional que hoje se constitui. ■ Um programa televisivo de grande impacto sobre os desaparecidos na Argentina é motivo de campanha de ameaças sobre os órgãos de comunicação social que se atrevam à denúncia.

8 Domingo

O Dia das Forças Armadas e o Dia da Marinha são hoje, pela primeira vez, comemorados simultaneamente, em Setúbal, onde se deslocou o general Ramalho Eanes, assim como Soares/Pinto. Ali, da população que calorosamente o recebeu, teve o Presidente da República a oportunidade de ouvir directamente inúmeras queixas acerca da política de desastre deste Governo e da afilida situação económica e social que se vive no distrito. ■ Uma decisão, só agora divulgada, da reunião da Comissão Nacional do PS ontem realizada: «a qualidade de membro do PS é incompatível com a presença em reuniões da ex-CNARPE», numa clara alusão à presença (e papel mobilizador) que muitos socialistas tiveram na reunião de há uma semana em Abrantes. ■ Os partidos comunistas latino-americanos, reunidos em Buenos Aires decidiram coordenar melhor a sua acção para enfrentar a política agressiva e belicista da administração Reagan.

9 Segunda-feira

Novo golpe governamental na «austeridade» e um primeiro resultado conhecido da viagem de Soares à Coreia do Sul: Portugal, através do Banco Fonseca & Burnay, participa num empréstimo de 50 milhões de dólares concedido por um consórcio liderado pelo American Express. ■ Câmaras da região de Lisboa, com maiorias que abarcam todas as forças políticas, manifestam solidariedade ao distrito da Guarda, cujos municípios decidiram não tomar a si os transportes escolares, um dos novos encargos atribuídos por lei. A APU tem definido desde sempre a posição: transportes, sim, no geral mas com as verbas correspondentes. ■ Na véspera do início de nova reunião da OPEP, um relatório do Comité de Peritos assina um excesso de quantidades armazenadas nas últimas semanas. Este aumento da oferta sobre a procura pode levar a um novo abaixamento do preço do barril. ■ O aeroporto internacional de Beirute foi hoje reaberto ao tráfego. Fora encerrado em 6 de Fevereiro.

10 Terça-feira

Antecipando-se ao debate na AR sobre a Lei de Segurança Interna, que se inicia amanhã após adiamentos que a própria maioria provocou, Sottomayor Cardia faz no hemiciclo uma intervenção altamente crítica na qual considera nomeadamente que a proposta «faz lembrar o período que decorreu entre 28 de Maio (de 1926) e a entrada em vigor da Constituição de 1933». ■ De todos os quadrantes democráticos surgem tomadas de posição de repúdio de luta contra a lei proposta. A CGTP anuncia, por seu lado, uma campanha nacional de esclarecimento que vai promover sob o lema «Não à nova Pide — 25 de Abril sempre». ■ O MURPI denuncia o atraso cada vez maior no pagamento das pensões — agora e na generalidade com atrasos de quase um mês. ■ URSS e EUA concluíram esta semana um acordo para a modernização de comunicações directas entre os responsáveis dos dois Estados.

Editorial

PROVA DE FORÇA CONTRA A DEMOCRACIA

A evolução da situação nacional nos últimos dias confirma de maneira transparente que o motor da política do Governo Soares/Mota Pinto, do PS e do PSD, é a defesa a todo o transe dos interesses do capital financeiro e do imperialismo e o seu objectivo central a rápida restauração do poder dos monopólios.

Em dois planos se precisou na última semana a operação política de grande estilo contra Portugal de Abril desencadeada pela coligação governante e pelas forças sociais e políticas que a apoiam e inspiram.

No plano económico, com o anúncio de uma hipotética integração no Mercado Comum Europeu em Janeiro de 86, a apresentação pública do intitulado «Plano de Recuperação Financeira e Económica».

No plano político, com a aceleração de um debate formal na AR, tendo como objectivo a aprovação parlamentar a curto prazo da celerada «Lei de Segurança Interna».

A hipotética integração na CEE coroa, nas intenções do Governo claramente expostas no «plano de recuperação», a ofensiva de destruição das bases da nossa democracia económica saídas da Revolução de Abril, concretamente das nacionalizações e da Reforma Agrária, ao mesmo tempo que a lei abertamente inconstitucional e fascista de «segurança interna» assentaria um golpe de imprevisíveis consequências na nossa democracia política.

Mas a evolução da situação nacional confirma também de maneira transparente a existência de um outro factor que escapa à vontade da coligação governante e das forças sociais e políticas que a inspiram — o das condições, que amadurecem rapidamente, para uma necessária e urgente mudança de política e de governo, para correr com Soares e Mota Pinto, para materializar e viabilizar uma alternativa democrática.

O ridículo episódio propagandístico televisivo do anúncio da hipotética integração de Portugal na CEE em 1986, logo após as cruentas escaramuças entre os «dez» em torno da questão escaldante das «contribuições» — saldada transitoriamente a favor da Grã-Bretanha e de Thatcher — contou com a meteórica participação de Mitterrand, a do sr. Gaston Thorn e, fatalmente, do embebecido Primeiro-Ministro português, Mário Soares.

Mário Soares comportou-se no lance não no domínio do hipotético em que a questão da integração se encontra mas do real como se já estivesse consumada.

Soares, o «socialista do século XXI», não estava em Julho de 84 mas em Janeiro de 86 e já com a CEE no papo.

O Primeiro-Ministro age de maneira irresponsável quando apresenta ao Povo português a «integração» como um passo benéfico e uma panaceia para a economia portuguesa.

Soares escamoteia o perigo real de a nossa «bilha de barro» se estilhaçar no embate com as «bilhas de ferro» dos parceiros mais fortes da CEE.

É o cúmulo da irresponsabilidade afirmar, como fez no jantar de agradecimento que lhe foi oferecido há poucos dias pelos grandes empresários capitalistas, que Portugal deixará, com a «integração» em 1986, de situar-se na área intermédia entre o subdesenvolvimento e os países altamente industrializados para entrar em definitivo no «clube dos desenvolvidos».

Soares confessa desta vez que são de natureza política os objectivos essenciais da «integração», escondendo do

Povo português as consequências desastrosas reais para o País de um tal passo nos planos económico e social.

Soares, Mota Pinto, Ernâni Lopes e os «advogados» da integração de Portugal no Mercado Comum, mais ou menos enfiados aos antigos grupos monopolistas da época fascista, ocultam que Portugal entraria no «clube dos desenvolvidos» não como um igual mas como fornecedor de mão-de-obra barata e de matérias-primas e produtos semiacabados às multinacionais, como cotada, colónia de fériãs e fonte de altos lucros do capital financeiro sem pátria.

Os números publicados pela OCDE, mesmo não merecedores de confiança, mesmo manipulados para ocultar o laço da exploração de classe do grande capital — logo pecando por defeito — dão, contudo, uma noção de grandeza aproximada das diferenças abissais da economia portuguesa relativamente aos mais fortes parceiros da CEE.

A captação do Produto Interno Bruto (PIB) dá para cada habitante dos sete mais poderosos do Mercado Comum 12 436 dólares enquanto que atribui para cada português, em média, 2430, ou seja, cinco vezes menos.

A desaparição das barreiras alfandegárias, prevista nos projectos de adesão para 1987, abriria sem entraves o mercado português à invasão de produtos dos parceiros da CEE, enquanto a relação das exportações dos «dez» da CEE para as importações era em fins de 1983 de 1,037, em Portugal foi de 0,498, quer dizer, os parceiros mais fortes da CEE importam apenas 96,4% do valor daquilo que exportam, enquanto Portugal exporta menos de 50% do valor daquilo que importa.

Escusado será dizer que esta desfavorável razão de troca seria ainda agravada com a «integração».

No capítulo da agricultura, Soares, Mota Pinto, Ernâni Lopes e os outros, empenhados na destruição da Reforma Agrária, ocultam que a «integração» representaria a ruína em massa das pequenas e médias explorações agrícolas, o aviltamento ainda maior dos preços ao produtor, a invasão dos produtos agrícolas dos parceiros mais desenvolvidos da CEE, o empobrecimento rápido e absoluto nos campos, a queda irremediável e generalizada nos níveis de miséria.

Ocultam também que metendo Portugal no barril de crise da CEE iríamos engrossar com os nossos mais de meio milhão de desempregados os actuais 12 785 000 dos sem-trabalho dos países do Mercado Comum, dos quais 8 373 000 são mulheres...

A exposição do ministro Ernâni Lopes no programa «1.ª Página» de antontem na TV acerca do «plano de recuperação» é elucidativa dos projectos restauracionistas em Portugal, daquilo a que Álvaro Cunhal, associando os atentados à democracia política implícitos na celerada «lei de segurança interna», chamou justamente de «capitalismo totalitário».

O ministro, confirmando o que temos denunciado com a chamada «abertura ao sector privado» dos ramos básicos da nossa economia, disse taxativamente que quando chegasse o momento oportuno seria aberto à participação do capital privado o sector público e empresarial do Estado e em associação com os capitais do Estado.

Que significaria isto, senão o restabelecimento do capi-

talismo monopolista de Estado do regime fascista apeado em 25 de Abril de 74?

Ernâni Lopes bendiz o agravamento e os danos da crise actual como clima ideal de relançamento dos seus planos de «reestruturação económica» que já em tempos anunciou no Instituto de Defesa Nacional.

No seu brutal veredicto, as empresas públicas ou privadas consideradas inviáveis, sem quaisquer considerações de ordem social em termos de emprego e de postos de trabalho, devem pura e simplesmente ser suprimidas e atiradas para a fãlencia.

Curiosamente, encara a «viabilização» de certas empresas — as que possivelmente interessarão às multinacionais e ao grande capital privado português — mesmo em condições de forte endividamento.

Fala em termos de superação efectiva do défice da balança de pagamentos passando em claro as manobras especulativas do dólar que só numa semana galgou de 143 para 147 escudos, com fortes incidências no montante da dívida externa e particularmente no serviço da dívida.

Ficou claro na sua exposição que o mito da criação desde fins do ano passado dos chamados «bancos de investimento» era um disfarce para a rápida introdução da banca privada e a sabotagem da banca nacionalizada.

A supressão do IFADAP, que vai ainda agravar de imediato o problema do crédito agrícola, e tudo o que expendeu sobre a nova política de atribuição e acompanhamento do crédito, abre sombrias perspectivas aos pequenos e médios e mesmo a certos grandes agricultores, comerciantes e industriais.

O triunfalismo e a arrogância do ministro das Finanças e do Plano e a linguagem do Governo de Soares/Mota Pinto exprimem-se já como se estivessem no terreno conquistado da destruição definitiva das conquistas de Abril e da restauração dos monopólios.

É nesta perspectiva e neste quadro de interesses que se situa a discussão parlamentar da «lei de segurança interna», que está provocando a indignação e o protesto das forças democráticas e de democratas e antifascistas de todos os quadrantes políticos, inclusive da área da coligação governamental.

O Governo e os elementos mais dóceis da sua maioria parlamentar preparam-se para fazer aprovar rapidamente esta lei fascista e impô-la ao povo de Abril.

Na batalha contra a aprovação desta lei antidemocrática enfileiram comunistas, socialistas, democratas de outros partidos e independentes.

Trabalhadores manuais e intelectuais, destacados juristas, escritores, organismos populares de vários tipos manifestam-se abertamente contra a tentativa governamental de impor esta monstruosa lei.

Na Assembleia da República cada deputado, independentemente da sua bancada partidária, vai estar diante das suas responsabilidades na votação ou na rejeição de uma lei caracterizadamente fascista.

Razões para o estreitamento dos laços unitários entre os democratas são agora mais fortes.

O reforço e o alargamento do movimento popular e democrático, a intensificação da luta de massas, a alteração previsível do quadro partidário, abrem possibilidades e condições novas à iniciativa política no quadro das instituições para correr com o clique governante de Soares e Mota Pinto e viabilizar uma alternativa democrática.

Nacional

II Acampamento Nacional dos Pioneiros de Portugal



CRESCER, BRINCAR, ESTUDAR VIVER NO PORTUGAL DE ABRIL
DE 15 A 21 JULHO DE 1984
PRAIA DAS BICAS - SESIMBRA

É finalmente no próximo domingo que começa na Praia das Bicas em Sesimbra a grande festa dos Pioneiros de Portugal: o seu II Acampamento Nacional. Serão cerca de 700 crianças, portuguesas e de onze outras nacionalidades, que durante uma semana não vão ter tempo para tudo: a praia, a ginástica e os jogos, os arraiáls e os espectáculos, que este ano terão como tema o 10.º aniversário do Pioneiros de Portugal e isto que todos havemos de fazer florir que é «crescer, brincar, estudar, viver no Portugal de Abril». É claro que, como num



XII Festival Mundial da Juventude Constituído Comité Nacional Preparatório

O Comité Nacional Preparatório do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se realiza em Moscovo no Verão de 1985, foi constituído no passado dia 7 de Julho.

A reunião constitutiva foi convocada publicamente através da imprensa por jovens que foram delegados ao XI Festival realizado em 1978 em Havana, por activistas do Festival «Dêem uma Oportunidade à Paz» e pelos participantes nas reuniões do Comité Internacional Preparatório do XII Festival já realizadas.

Na reunião participaram jovens de organismos sindicais, estudantes, culturais, desportivos, etc., tendo sido aprovado um Apelo na base do qual será dinamizado todo o processo de adesões ao CNP.

Salienta o «Apelo»: «O XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes vai realizar-se em Moscovo, no Verão de 1985, sob o lema «Pela solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade». O XII Festival realizar-se-á na base do espírito e do êxito inesquecível do Festival de Havana e das tradições dos Festivais, no âmbito do movimento juvenil em todo o Mundo.

«A preparação do XII Festival será certamente uma ocasião para a juventude portuguesa reafirmar a sua disposição de lutar pela concretização de uma política de paz no nosso país, contra a utilização do nosso território para fins belicistas, contra o estacionamento, trânsito ou instalação de armas nucleares em Portugal e de equipamentos de apoio à sua utilização.

«Preparar o XII Festival no nosso país deve ser também um contributo importante para a luta dos jovens portugueses pelos seus direitos e pela resolução dos seus problemas, no

Acampamento pela Paz

Inicia-se amanhã, na zona de Coruche, um acampamento com o lema «A Paz é possível», iniciativa apoiada por várias associações de estudantes do distrito de Santarém, departamento juvenil da União dos Sindicatos e Câmara Municipal de Coruche, além do Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPC) e do partido «Os Verdes».

O acampamento prolonga-se até domingo, no agude do Monte da Barca, estando previsto um serviço de apoio aos campistas, nomeadamente com bar e mercearia. Amanhã entre as 15 e as 20 horas e no sábado entre as 9 e as 11 da manhã funcionará um esquema especial de transportes entre Coruche e o Monte da Barca.

Da vasta programação artística, cultural e desportiva deste acampamento destacamos as actuações dos grupos «Fluxo», «TFP», «Turbo», «Tic Tac», «Som da Terra», «Gef» e de três ranchos folclóricos; fogueiras de campo; «passeio ecológico»; passagem de filmes; ténis, voleibol, atletismo, futebol, pesca, damas e xadrez; e ainda dois debates com interesse: «O 25 de Abril e a Paz», com a participação do tenente-coronel Pereira Pinto, da Associação 25 de Abril; e «A Juventude e a Paz», com Sousa Marques, do CPPC, e um representante de «Os Verdes».

ACAMPAMENTO DISTRIITAL

A paz é possível

monte da barca (coruche)
13, 14 e 15 de julho • 1984

ORGANIZAÇÃO: COMITADO DE APOIO ÀS ACTIVIDADES DO DISTRICTO DE SANTARÉM
COM O APOIO: SUPLENTE DE APOIO ÀS U. E. — CÂMARA MUNICIPAL DE CORUCHE

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Sôro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 23, 3.º, 1000 Lisboa Tel. 769744 769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725 769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57, 2.º — 1000 Lisboa Tel. 779828 779825 769751

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 — 1200 Lisboa: Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto Tel. 693908 699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57, 4.º Esq.º — 1000 Lisboa Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa Tel. 776356 776750

Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto Tel. 381067

Composto e impresso na Heskla Portuguesa — R. Elias Garcia 27 — Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/84

Tiragem do mês de Junho: 44 150

Assembleia da República

Lei de «segurança interna»
Governo e maioria isolados dos democratas

Enquanto o ministro Machete avança que da Lei de Segurança só vai ficar o nome — um recuo que, por além de significar que a proposta governamental não conseguiu convencer os deputados da maioria, pretende lançar poeira nos olhos da opinião pública e, aprovada a proposta na generalidade, remeter para o silêncio de uma comissão a discussão das alterações, «alternativas» e outros cozinhadinhos —, enquanto que, por via da imprensa apenas o apoio do presidente do Governo Regional da Madeira se manifestou, as opiniões desfavoráveis à proposta do Governo, as manifestações de repúdio e as declarações contrárias ao diploma que se discute na AR não cessam de crescer.

Se alguns órgãos de comunicação social dão mais relevo às «garantias» governamentais e às promessas de socialistas e social-democratas de que a Lei «não vai ficar assim» mas conseguir-se-á muito «melhor» (até Ângelo Correia tem a oportunidade de se mostrar um «democrata», tal como o CDS o fez propondo um projecto seu), a direita não consegue o largo movimento de opinião contrária à proposta de lei classificada por muitos como inconstitucional e antidemocrática.

Em entrevistas, declarações, debates e muitas outras tomadas de posição públicas, não só personalidades de relevo na vida nacional — e não só na vida política, como ficou demonstrado pela lista de assinaturas que publicámos na sema-

na passada —, a proposta de Lei tem vindo a ser vigorosamente contestada.

«Preocupação e espanto»

O constitucionalista e antigo deputado Jorge Miranda, em recente entrevista publicada em «O Jornal», manifestou a sua preocupação acerca da proposta de Lei. «Vejo com crescente preocupação e algum espanto esta proposta de lei dita de segurança interna», afirmou. «Já quando do anteprojecto de Lei de Imprensa eu tinha ficado admirado como é que um Governo de que fazem parte tantos homens que lutaram pela liberdade esboçava soluções manifestamente restritivas de direitos fundamentais constitucionalmente garantidos.»

Depois de sublinhar que «agora é também de inquietação o sentimento que me invade, dado o maior melindre da matéria e o risco de se entrar numa dialéctica de repressão e terrorismo», o constitucionalista afirma que «o texto que conheço tem preceitos em que, de uma forma diria mesmo ostensiva, se põe em causa direitos como a inviolabilidade do domicílio e de correspondência, as garantias de defesa dos arguidos, a liberdade de manifestação ou a liberdade de circulação no território nacional».

Jorge Miranda acentua ainda que, «por outro lado, a segurança interna releva da soberania do Estado, e é uma para todo o território nacional, pelo que não se pode aceitar qualquer interferência dos presidentes dos governos regionais em matéria de decisão de medidas de segurança interna».

A unidade contra a proposta de lei

De diversos quadrantes ideológicos saem as posições contrárias à iniciativa governamental. Isso mesmo foi sublinhado no debate promovido por uma ampla comissão de juristas e que encheu completamente, na noite de quinta-feira passada, o anfiteatro da Biblioteca Nacio-

nal, em Lisboa. Adelino da Palma Carlos, Salgado Zenha, Cunha Leal, Lopes de Almeida, Mário Torres, Jorge Sampaio e Lino Lima são apenas alguns dos nomes mais destacados e que dão bem a ideia do leque de personalidades que se manifestaram durante o debate contra a proposta de Lei. Adelino da Palma Carlos, que presidiu, salientou a unidade feita em volta dessa posição: «Estamos todos de acordo no combate a esta proposta de Lei inaceitável», disse.

Por seu lado, Mário Torres, abrindo os debates com uma intervenção, resumiu a posição do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, de que é presidente, denunciando o «mito do aumento da criminalidade e a manipulação do sentimento de insegurança», o «carácter autoritário e repressivo» da proposta que pretende introduzir «restrições aos direitos e garantias constitucionais». Na série de restrições aos direitos, o magistrado salientou as medidas especiais de polícia que a proposta contempla — buscas, escutas, detenções sem culpa formada, proibições de manifestações e de reuniões, entre outras.

Lopes de Almeida, outro dos intervenientes que lançaram as bases do debate apelidou a proposta de lei de «arsenal de

coacção e violência, sublinhando que não é a Segurança do Estado que a iniciativa visa, mas sim a segurança do Governo, pretendendo este «legalizar» as perseguições e discriminações políticas. «Não vemos», afirmou, «que a coligação no poder esteja verdadeiramente preocupada com a segurança dos cidadãos».

«Uma monstruosidade»

Se Lopes de Almeida classificou a proposta como «tenebrosa», como «lei para matar a esperança em Abril», os oradores seguintes não ficaram atrás. Cunha Leal afirmou que «esta monstruosidade não pode ser aprovada». O dirigente da ASDI esclareceu que «a democracia, para se defender, não pode usar os mesmos processos que antes se usavam para atacar a democracia». Por sua vez, Jorge Sampaio, dirigente do PS e antigo deputado socialista também salientou que a proposta «não é viável numa sociedade democrática».

Lino Lima, deputado comunista chamou a atenção para o facto de, a vir a ser aprovada na generalidade a proposta de Lei do Governo, com os votos da maioria, o debate na especialidade — em que alguns

põem esperanças para a modificação «positiva» do documento — será «um debate interno, sem testemunhas». O deputado do PCP salientou também que a proposta de Lei «não é contra o terrorismo, como falsamente anunciam os seus autores», mas visa «combater os adversários do Governo e os que querem, através do exercício das liberdades constitucionais, lutar por derrubá-lo». Ilustrando a sua afirmação, Lino Lima lembrou a disposição da proposta que prevê a proibição de manifestações e comícios, reuniões e espectáculos. «Que me conste, os terroristas não fazem comícios ou manifestações», disse.

Entretanto, Salgado Zenha, que foi presidente do grupo parlamentar do Partido Socialista, ao intervir no debate recordaria as campanhas repressivas na história portuguesa, sublinhando que «os governos têm a tentação de utilizar os factos reais, condenáveis, para reforçar o seu próprio poder». Para Salgado Zenha esta proposta de Lei «não tem salvação» e pretende a «concentração no Governo de poderes magesáticos». O governo, que viu os seus poderes aumentados com a revisão constitucional quer ter agora todos os poderes, afirmou Zenha, incluindo o da «chantagem»...

Nacional

Um comentário ao chamado «programa de recuperação»

No passado dia 5, a SIP do PCP divulgou a seguinte nota sobre o chamado Programa de Recuperação Financeira e Económica apresentado pelo ministro Ernâni Lopes:

- 1. O chamado Programa de Recuperação Financeira e Económica, apresentado pelo ministro das Finanças, constitui — ao contrário do que pretende fazer crer a ruidosa propaganda governamental — um documento que, para além da estafada defesa da continuidade da desastrosa política económica e financeira do governo PS/PSD, se esgota numas quantas declarações de intenção, caracterizadamente demagógicas.
- 2. Ao contrário do que repetem todos os dias os membros do governo e as «caixas de ressonância» na comunicação social afirmando que «o pior já passou» — o chamado PRFE confirma que, no que respeita a privações e sacrifícios para a maioria dos portugueses, o «pior vai continuar». Na verdade, uma das poucas afirmações concretas que se faz naquele documento é que «em 1985 o consumo privado continuará estagnado», o que quer dizer que vai continuar o «pior» de um ano de governo PS/PSD: a redução dos salários reais; o prosseguimento do escandaloso crime dos salários em atraso; as subidas permanentes dos preços dos artigos e serviços de primeira necessidade (como em breve acontecerá com os TLP/CTT); as falências e o desemprego crescendo em flecha.
- 3. Se para a maioria dos portugueses é esta a mensagem do chamado PRFE, para o grande capital e para o imperialismo o documento contém ineludíveis sinais de que, para eles, o «melhor vai continuar». O «o melhor» de novas isenções e benesses fiscais; de uma nova ofensiva visando a liquidação do sector nacionalizado e a sua reprivatização em benefício do grande capital; do prosseguimento da cruzada de espolições e centralização forçada de capitais, feita à custa da miséria crescente da maioria dos portugueses e do afundamento e descalabro da economia portuguesa.
- 4. Com a mais refinada e descarada demagogia, anuncia o ministro das Finanças que, a partir de 1985, a economia portuguesa entrará numa fase de «expansão controlada» adiantando mesmo uma previsão de crescimento positivo da ordem dos 3%. Só que, mesmo admitindo que tal facto se concretizasse, o ministro das Finanças escamoteia que tal hipotética taxa de crescimento mais não faria que colocar a produção do País ao nível de 1982, já que ela sofreu uma quebra de 0,5% em 1983 e sofrerá nova quebra de cerca de 2% em 1984.

Como se vê, mesmo aceitando as previsões do ministro das Finanças é muito mais fácil e realista prever-se que, em 1985, já estejam os portugueses livres do pesadelo do governo PS/PSD e da sua política do que admitir-se que, a continuar a actual política, a economia portuguesa venha a sofrer qualquer «expansão controlada».

5. Como não podia deixar de ser, o PRFE acolhe, como uma das panaceias para a resolução dos problemas nacionais, a «miragem» da adesão à CEE. Em vez de constituir qualquer contribuição positiva para a resolução da grave crise que Portugal atravessa, a eventual adesão de Portugal à CEE constituirá, como o PCP tem insistentemente demonstrado e afirmado, um novo e grave factor de atraso e de dependência do País em relação ao estrangeiro, traduzindo-se, ao contrário do que se afirma no PRFE, num facto do ulterior agravamento das assimetrias do desenvolvimento regional, tal como tem acontecido nos países que actualmente integram a CEE.

Numa das suas habituais frases megalómanas e irresponsáveis, que revela além da mais total insensibilidade pelas privações e incertezas em que vivem muitas dezenas de milhares de emigrantes portugueses, o Primeiro-Ministro afirmou que «tal como os emigrantes, Portugal entrará na CEE de tamancos para de lá regressar de Mercedes».

Aceitando que a criminosa política de recuperação capitalista iniciada há mais de oito anos pelos governos de Mário Soares, coloca, em 1984, a economia portuguesa «de tamancos», a sua eventual integração na CEE não deixaria de conduzir a que, em poucos anos, a economia portuguesa ficasse completamente «de tanga».

6. O chamado Programa de Recuperação Financeira e Económica só pode trazer a Portugal e aos portugueses uma ainda maior agravamento da crise e do descalabro profundos a que a política do actual Governo e dos seus antecessores conduziu toda a vida do País.

O que Portugal necessita, com urgência e prontidão, é que uma nova política económica e financeira seja realizada, como componente essencial de uma alternativa democrática à política do actual Governo, cuja demissão se impõe para a salvaguarda do regime democrático e da independência nacional.

(Ver também artigo nas págs. 2/3 do Suplemento)

PCP

Grupo de estudo do PCP sobre questões de energia visitou a União Soviética

No quadro das relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da União Soviética, visitou a URSS entre 4 e 10 de Julho um grupo de estudo do PCP composto por Octávio Teixeira, Rui Moura, Rui N. Rosa, Demétrio Alves e Domingos Branco. A visita teve por objectivo o conhecimento da realidade soviética no campo da energia e as perspectivas da evolução das técnicas e formas energéticas. Durante a visita de estudo a delegação do PCP teve oportunidade de contactar com Frolov, membro do CC do PCUS e vice-responsável pela secção de energia do Comité Central, Diakov, membro do CC do PCUS e vice-ministro da energia e Krodrashev, 2.º secretário do Comité Regional de Tula do PCUS. A delegação visitou ainda as centrais termoelectricas de Xikino (em Tula) e Tetz 23 (em Moscovo), bem como o «Instituto «Hidroprojecto», tendo sido recebida pelos respectivos directores, secretários das células do PCUS e do Komsomol e delegados sindicais. Os contactos havidos revelaram-se de grande utilidade e processaram-se de forma cordial e fraternal que caracteriza as relações entre os dois Partidos.

Pouca vontade — e muita oposição

Contra todas as expectativas, a proposta de lei de Segurança acabou mesmo por começar a ser discutida antontem. Apesar de se encontrar agendada para esse dia ninguém acreditava que se lá chegasse e todos previam para ontem o início do debate. Convém dizer que tal debate iniciou-se como que à revelia da agenda, pois o que estava em discussão quando se falou da proposta de lei do Governo era a impugnação, por parte do MDP, do projecto do CDS sobre a mesma matéria. No entanto, o discurso de Sottomayor Cardia abriu as hostilidades.

Comecemos pelo princípio. Na manhã de terça-feira a impugnação não foi sequer abordada, porque as bancadas estavam raias de mais. Da parte da maioria — e não só da maioria — a vontade de ir às questões candentes e a falta de quorum acabou por transferir para a tarde os trabalhos parlamentares. Depois de uma intervenção do deputado Taborda, do MDP, e de pedidos de esclarecimentos do PCP, durante os quais tanto José Manuel Mendes como Jorge Lemos vincaram que o mais importante era a proposta do Governo e não a espécie de manobra de diversão que constituía o projecto «centrista». João Corrededor perguntou que oradores estavam inscritos. Respondeu-lhe o presidente que na lista esperavam Cardia e José Manuel Mendes. Logo José Luis Nunes se levantou e pediu uma interrupção. Não esperava que o seu colega de bancada tives-

se o despalnte de intervir sem comunicar... De modo que a intervenção de Cardia foi ouvida com uma atenção involuntária e de expectativa a expectativa. E quem ouviu deve ter-se sentido compensado pela atenção dispensada. É que o deputado do PS, que insistiu várias vezes estar a falar meramente a título pessoal, não abordou a questão da impugnação. Anunciando desde logo que o que o levou à tribuna foi a proposta do Governo sobre a qual decidira tecer «considerações políticas». Apesar de contraditória e de fazer cedências à «necessidade» da lei, as críticas de Cardia à proposta foram contundentes, denunciando a amálgama de intenções que ela contém e a sua ineficácia em vários campos: «O que nos é proposto», disse, «não é uma política de combate à criminalidade. Nem um reforço dos meios humanos

e técnicos das polícias. Nem a promoção da celeridade da acção dos tribunais. Nem sequer a preocupação de introduzir, no domínio penal, processos especiais de combate ao terrorismo, não obstante toda a fundamentação teórica pretendida que disso se trata. Esta é a verdade. Outra pode ser a aparência.» Mais adiante, Cardia denunciou também o envolvimento das Forças Armadas nas acções de segurança interna se se a proposta vier a ser aprovada. E a propósito, ao mesmo tempo que fazia referência a «um regresso ao período revolucionário», afirmou: «Mas que as forças armadas possam ainda assumir a responsabilidade de garantir a segurança das pessoas e seus bens, isso faz lembrar, na História portuguesa, o período que decorreu entre 28 de Maio de 1926 e a entrada em vigor da Constituição de 1933, à qual no seu artigo 53.º excluiu tal eventualidade.» Ouvindo em silêncio pela maioria, notando-se aqui os trejeitos nervosos nas bancadas do PSD e do PS e alguns aplausos entre os socialistas, Cardia não poupou as frechadas às intenções governamentais. «O que legitimamente preocupa os cidadãos», sublinhou, «não é tanto a defesa da segurança interna mas a defesa da legalidade. No que respeita à

acção das polícias, o que se pede é que lhes seja conferida maior operacionalidade e eficácia. Tal como se pede que os tribunais dêem andamento aos processos em tempo útil.» Quem estas palavras ouviu não deixou de recordar uma resposta de José Magalhães, do PCP, a um pedido de esclarecimento aquando do debate da impugnação dos comunistas à proposta do Governo. E não deixaria de se interrogar: mas se Cardia avança toda esta série de medidas porque continua a aceitar que uma tal lei seja necessária? Mostrando as várias contradições de que a proposta sofre, e insinuando que talvez o Governo fosse levado a esta iniciativa «este tortuoso escândalo», como disse), o deputado do PS acusou ainda: «Não excluo aliás que toda essa absurda história de buscas sem mandado judicial, suspensão de manifestações, suspensão de espectáculos, suspensão temporária da actividade de empresas se tenha destinado a servir de cortina de fumo não apenas para a tentativa de legal politização do poder mas também para a de legal militarização do poder.» E terminou com um aviso: «Se uma democracia, circunstancialmente afectada de alguma permissividade, decide atribuir competências mal definidas às suas polícias e às suas forças armadas, corre o risco de suicidar-se.»

Cardia foi admoestado por José Vitorino, do PSD — Condessa abandonaria a primeira fila para ir sentar-se escondidamente — e também por José Luis Nunes. Vitorino lembrou-lhe que há uma maioria PS/PSD e José Luis Nunes que a intervenção proferida «nada tem a ver» com os órgãos superiores do Partido Socialista. A um como a outro Cardia respondeu com polida ironia, sendo aplaudido por alguns «históricos» do PS. A coligação estremeceu como se tivesse atravessado uma corrente de ar...

O presidente do grupo parlamentar comunista, Carlos Brito, depois de sublinhar que entre os «comentários muito contundentes» de Cardia o ouvira admitir implicitamente que a proposta de lei é em muitos casos inconstitucional, perguntou se não seria melhor, para poupar os deputados a uma votação na generalidade, que todas as iniciativas na matéria baixassem à Comissão, onde poderia sair um texto expurgado de inconstitucionalidades e de atentados à democracia. O deputado do PS, escudando-se na sua ignorância sobre o Regulamento da AR afirmou que «na proposta também há matérias que não são inconstitucionais» e que há interesse no debate independentemente do resultado final. Quando se chega a tal ponto, quase se é tentado a per-

guntar: mas quem fez esta proposta de lei de quem toda a gente mostra não gostar, mesmo os governantes que se multiplicam em declarações de que as emendas vão ser tantas que ela sairá irreconhecível? Quem a inspirou: Mário ou Mota? Almeida Santos ou Machete? Ou a defesa da lei fica agora entregue a Vitorino — a pensar talvez num lugar de ministro do nudismo? O projecto do CDS, cuja impugnação o PCP decidiu votar favoravelmente, é outra peça da grande manobra envolvendo muita gente ligada a este Governo. Quanto mais alternativas — pensam eles certamente — mais possibilidade de sair uma lei, tão emendada que poderá passar aos olhos dos incautos como a do grande consenso. Sobre o projecto centrista, José Manuel Mendes interveio denunciando o facto de o CDS ter «entrado num concurso de inconstitucionalidade com o Governo», sendo o projecto uma contrafeição da proposta, mantendo inconstitucionalidades em matéria de buscas, de escutas, de restrições à livre circulação das pessoas, continuando a confundir os conceitos de Segurança Interna com o de Protecção Civil a fim de permitir o estado de sítio permanente. E o estado de sítio permanente que interessa ao Governo, mais uma razão para o pôr na rua.

Alarga-se o movimento de repúdio

Tomadas de posição sobre a proposta de Lei de Segurança continuam a chegar à Assembleia da República. Tomadas de posição que, oriundas de variados órgãos de classe e de organizações populares, têm em comum o facto de repudiarem as disposições antidemocráticas da iniciativa governamental, denunciando ao mesmo tempo os verdadeiros motivos que levaram o executivo do PS/PSD a lançar agora esta verdadeira operação inconstitucional contra as liberdades e os direitos dos cidadãos.

Avulta entre estas tomadas de posição o «Parecer do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público», que começa por denunciar «o mito do aumento da criminalidade e a manipulação do sentimento de insegurança» pondo em causa a afirmação contida na proposta de que aumenta o crime em geral e particularmente o crime organizado e o terrorismo. «Os dados estatísticos disponíveis», lê-se no Parecer, «fornecidos pelas próprias organizações policiais, apesar das reservas que suscitam, não comprovam aquela afirmação».

Após referenciar dados de organizações policiais que provam o infundamento do que a proposta refere, diz o Parecer: «É neste quadro que se vem assistindo, nos últimos tempos, a uma autêntica manipulação da opinião pública, propiciada por certa imprensa sensacionalista, visando fazer crer num aumento incontrolado e assustador da criminalidade, em especial da violenta, assim se gerando artificialmente um sentimento de insegurança colectiva, justificador da montagem de aparelhos repressivos de cariz autoritário.»

Estanhando a mistura feita na proposta de conceitos de «segurança interna» com «protecção civil», ao mesmo tempo que sublinha o facto de a «segurança interna» se apresentar definida «em termos extrema-

mente amplos», com «possibilidade de alargamento da área de segurança, nela se incluindo actividades de natureza política, sindical, etc.», o Parecer denuncia «o carácter autoritário e repressivo da Proposta de Lei». Em termos gerais, a Proposta de Lei assume um carácter acentuadamente autoritário e repressivo. Por um lado, cria novos órgãos com o fim de defesa da segurança. Por outro, introduz uma série de restrições aos direitos e garantias fundamentais, que se traduzem em outras tantas inconstitucionalidades. Finalmente, consagra, também inconstitucionalmente, restrições ao exercício de direitos por parte dos membros das forças policiais e impõe deveres especiais (totalmente inexistentes) a todos os agentes do Estado.

Restrições aos direitos

Quando às penas restritivas às garantias fundamentais, que o Parecer considera apresentarem-se não só desnecessárias como também contrárias à Constituição, é sublinhada a série de «medidas especiais de polícia», classificadas como «grosseiras violações de garantias constitucionais». Medidas administrativas

que, além de inconstitucionais, são extrinsecamente perigosas para as liberdades, já que podem ser tomadas com fundamentos vagos, sendo o seu controlo posterior pelas autoridades judiciárias de eficácia nula.

Medidas tão gravosas como estas só se compreendem em estado de excepção, pelo que a sua institucionalização continua equivaleria à declaração do estado de sítio permanente.

Em conclusão, pode ler-se ainda no Parecer do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público:

A presente Proposta de Lei inscreve-se num processo que remonta pelo menos a 1979, quando foi apresentada a Proposta de Lei n.º 349/I, proposta que viria a ser declarada inconstitucional pelo Conselho da Revolução (Resolução n.º 389/80), com base no parecer n.º 32/80 da Comissão Constitucional. Como agora, já então o Governo se considerava desprovido de meios adequados para a luta contra a criminalidade, nomeadamente a criminalidade violenta e o terrorismo.

Importará, por isso, recordar agora o que então certamente disse a Comissão Constitucional: «Tratando-se, porém, de um Estado-de-Direito democrático, surgem para a actividade estatal, neste sector, fortes barreiras e limitações. E não só, aliás, por imperativos ético-constitucionais. Mas também para fugir a uma dialéctica em que a violência atal a violência, em que a violência «legal» potencia a das forças anti-Estado e esta faz redobar aquela, assistindo-se assim a uma curiosa síntese entre a lei e o desencadeamento da

violência. Em nome da não-violência e do anti-terrorismo há, pois, que fugir ao próprio «terrorismo do Estado» — nem «terrorismo contra o Estado» nem «terrorismo do Estado».

Sindicatos e Organizações populares e autarquicas

A Comissão de Trabalhadores da «Stephens», Marinha Grande, a Federação dos Sindicatos da Celulose, Papel e Gráficos, a Assembleia Municipal da Azambuja, o Sindicato dos Trabalhadores de Vestuário, Lavandaria e Tinturaria do Porto, a Câmara Municipal de Alpiarça, o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte, a Assembleia da Freguesia de Aguaiva-Cacém, a Comissão Intersindical da CETEC, a Direcção do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, a Assembleia Geral da Autocooop são algumas das muitas organizações que enviaram à Assembleia da República a manifestação da sua preocupação acerca da proposta de Lei de Segurança Interna.

Entre estas tomadas de posição salienta-se a que foi enviada aos grupos parlamentares pela Direcção dos Metalúrgicos do Sul, onde se escreve: As propostas, acções e planos do Governo Mário Soares/Mota Pinto para fazer aprovar a «Lei Quadro do Sistema de Informação da República» uma Proposta de Lei da Segurança e outras da chamada «Protecção de Dados», merecem dos Metalúrgicos do Sul, para além das

mais sérias apreensões e preocupações, um protesto e repúdio enérgico como expressão do sentimento e opiniões generalizadas dos trabalhadores.

E mais adiante: Estas acções, propostas e planos configuram um conjunto de medidas tendentes à criação de um Estado totalitário, preparando-se este Governo para criar um fagelado aparelho de espionagem e de vassalagem da vida íntima de quem trabalha e produz, e para discriminar quem, legítima e constitucionalmente se opõe à sua política de desastre nacional.

Estas tentativas de aperfeiçoar a organização do aparelho repressivo identificam este Governo com os mais sórdidos processos de tipo pidesco e a serem aprovadas, ofenderiam, atingiriam a ameaçariam os bens mais preciosos conquistados com a Revolução de Abril: — os direitos e liberdades conquistados na luta árdua de 10 anos de Portugal de Abril e pelos quais se tinham já batido gerações inteiras sob a pato do fascismo.

Por sua vez, uma reunião de dirigentes sindicais, delegados sindicais e membros das comissões de trabalhadores da cidade de Lisboa, realizada em 4 do corrente, aprovou uma moção também enviada à Assembleia, na qual se considera nomeadamente que as propostas de lei (Serviços de Informação, Informática e Segurança Interna), «enquadrados numa perspectiva mais ampla do ataque e destruição dos direitos económicos e sociais dos trabalhadores que tem vindo a ser desencadeada pelo actual Governo, revelam ideias de formação de um Estado repressivo e totalitário».

PCP

Samora Correia e Almeirim

Música popular, convívio, bons espectáculos, programação recreativa, petiscos para todos os gostos — a apresentação está feita: é a Festa dos Searreiros, iniciativa do PCP que decorrerá já no próximo fim-de-semana no largo do Centro de Trabalho do Partido em Samora Correia, «ali» a dois passos do Porto Alto. Distribuído por sábado e domingo, o programa da Festa dos Searreiros incluirá as apresentações do grupo «Jornada», do fadista Fernando Farinha, de uma banda e de ranchos folclóricos.

Amanhã decorrerá no Centro de Trabalho do PCP em Almeirim uma reunião de quadros comunistas, com passagem de filme, informa a SIP da Direcção Regional de Santarém.

Os brindes (EPs) do «Fim-de-Semana Popular» — S. Iria de Azóia

O sorteio do recente «Fim-de-Semana Popular», festa organizada pelos militantes comunistas de S. Iria de Azóia (Loures), atribuiu cinco Entradas Permanentes (EPs) para a próxima Festa do «Avante!» aos portadores dos seguintes ingressos: 1.º prémio (três EPs) — n.º 985; 2.º (duas EPs) — n.º 1400; 3.º (uma EP) — n.º 962. Os brindes podem ser levantados no Centro de Trabalho do Partido em S. Iria de Azóia.

Convívio piscatório no Guadiana

No próximo dia 22 (um domingo) muitos pescadores desportivos do Baixo Alentejo estarão em Barca de Moura, a 4 quilómetros da típica vila alentejana para um convívio piscatório nas duas margens do Guadiana, iniciativa da Comissão Concelhia de Moura do PCP, que desde já apela à participação de todos os camaradas e amigos (mesmo os que não vão pescar) e também às suas contribuições para o convívio, especialmente em troféus e lembranças que assim enriquecerão o conjunto de brindes e recordações para os pescadores desportivos. Aliás, está confirmada a atribuição de taças e medalhas para as três melhores equipas. As inscrições funcionam até ao próximo dia 20 na Rua Conselheiro Augusto de Castro, 14, 7860 Moura (telefone 22278) por «150 foices» (individuais) e «200 martelos» (por equipa). Durante o convívio piscatório, que se aguarda com muita expectativa no concelho e mesmo fora dele, estará à disposição de todos um bar preparado pelos responsáveis da iniciativa.

1.ª Assembleia dos comunistas de Ilhavo

Em ambiente de unidade e responsabilidade, decorreu no passado sábado a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP de Ilhavo (distrito de Aveiro). Os delegados presentes aprovaram por unanimidade um documento de orientação política subordinado ao tema «Por Abril, Lutar com o Povo — Reforçar o PCP», documento apontado ao reforço do trabalho político de massas e ao próprio reforço orgânico do Partido no concelho. Também por unanimidade foi aprovada a nova composição da Comissão Concelhia do PCP, que integra 17 elementos. A eleição desta CC assegura um reforço assinalável do trabalho colectivo de direcção ao nível do concelho. Intervindo no encerramento dos trabalhos da Assembleia, o camarada Vasco Paiva, membro do Comité Central e do Secretariado da Direcção Regional da Beira Litoral — DORBL, falou sobre a actual situação política e social, tendo, a propósito da realização da Assembleia, sublinhado alguns aspectos do papel da organização do Partido e as acções de âmbito nacional actualmente em curso (campanhas de recrutamento e de reforço das células de empresa).



Notícias do Algarve Festa Popular em Vila do Bispo

No próximo domingo, dia 15, realiza-se em Vila do Bispo a segunda edição da Festa Popular, promovida pela Comissão Concelhia do PCP. Este ano a festa inclui o habitual concurso de pesca desportiva, iniciativa que engloba várias dezenas de participantes. Para além deste concurso haverá um torneio de futebol de cinco e espectáculos com a participação do grupo coral de Odemira e Carlos Mendes.

À noite, o conjunto «Gatos Pretos» animará o baile. No comício intervirá o camarada Carlos Luis Figueira, membro do CC do PCP (19 horas). Tal como no ano passado a festa decorrerá no sítio dos eucaliptos, junto ao campo de futebol.

«Pic-Nic» em S. Brás de Alportel

Também domingo a Comissão Concelhia do PCP de S. Brás organiza um «Pic-Nic» no lugar da Azinheira. Esta iniciativa, para além do convívio que proporcionará, será um meio de divulgação da primeira Festa Popular de S. Brás de Alportel, promovida pelo PCP e que terá lugar no dia 25 de Agosto na Verbeira Municipal.

Sessão de esclarecimento em Salir

No próximo sábado dia 14, às 21 e 30, no salão da Junta de Freguesia de Salir, a organização local do PCP realiza uma sessão de esclarecimento com o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Plenário de organismos de direcção no Vitória

Análise e discussão da situação política, Festa do «Avante!» e a compra do edifício do CT Vitória são os temas agendados para o plenário de organismos de direcção de Lisboa, que decorrerá na próxima segunda-feira, dia 16, às 20 horas, no Centro Vitória, com a participação do camarada José Casanova, da Comissão Política do CC. Estarão presentes neste plenário membros de comissões de freguesia e de secretariados de células.

Colóquio em Caldas da Rainha

Por iniciativa de uma comissão de 36 democratas de vários quadrantes político-partidários e independentes, vai realizar-se amanhã na Casa da Cultura da cidade de Caldas da Rainha um colóquio-debate sobre o projecto de lei de Segurança Interna. Participam nesta iniciativa, marcada para as 21 e 30, os deputados João Amaral e António Taborada.

Milhares de pessoas na Festa

Acontecimento político-cultural sem paralelo no Norte do País, ponto de encontro obrigatório para muitos democratas, decorreu no último fim-de-semana em Braga a 7.ª edição da Festa da Alegria.

Com fortes tradições em toda a região minhota, já com um lugar cativo no calendário, a Festa ofereceu durante três dias um vasto e aliciente programa que viria a ser praticamente cumprido e que decorreu com assinalável êxito.

Decorreu em Braga, no passado fim-de-semana, a sétima edição da Festa da Alegria, uma realização da Direcção Regional do Minho do PCP, que se afirmou, ao longo destes anos, como o maior acontecimento regular de carácter político e cultural da região. Nela participaram, em fraterno convívio, desde o princípio da noite de sexta-feira até à madrugada do dia 9, muitos milhares de pessoas, comunistas e não comunistas.

A característica de grande confraternização popular que a Festa da Alegria adquiriu desde o seu primeiro momento impõe a sua continuação, apesar das dificuldades que de forma crescente vão sendo colocadas aos seus organizadores pela maioria PS que gere a Câmara local e o parque municipal de exposições, onde habitualmente decorre a Festa.

A projecção e o prestígio atingidos pela Festa da Alegria nas suas sucessivas edições, reunião fraternal do povo do Minho e dos que, de todo o País, lhe franqueiam os portões, esbatidas as fronteiras partidárias ou bairristas, são razões que obrigam à sua manutenção. Mas constituem também os grandes motivos do que, na administração municipal, por sectarismo e contra os interesses culturais da região, se esforçam por criar obstáculos à sua realização.

O parque municipal de exposições de Braga é um vasto

espaço que pertence ao concelho e cuja cedência para iniciativas de alcance social, político, cultural ou desportivo, despidas de ideia de lucro material, não apenas não deveria ser contrariada, como deveria estabelecer-se como obrigação inequívoca.

Aquele espírito, subjacente ao próprio regulamento do Parque, não é porém compatível com uma visão estreita e sectária como a dos actuais responsáveis pela autarquia bracarense. E a prova-lhe bastará dizer-se que a organização da Festa da Alegria foram exigidos pelo aluguer do espaço 780 contos, o que corresponde a 23 mil escudos por cada hora de funcionamento do programa oficial da Festa.

Esse preço, que inclui este ano um agravamento de quase 40 por cento em relação a 1983, é aplicado pela utilização de uma estrutura pública cujo desgaste é nulo, uma vez que todos os materiais de consumo são pagos separadamente, além daquela verba.

A Festa da Alegria, deverá ainda dizer-se, é a única realização fora do calendário oficial de feiras do parque que constitui receita regular daqueles serviços municipalizados.

A resposta das gentes de Braga a tal política da equipa do PS pode encontrar-se no ambiente que em dois dias e meio se viveu dentro do parque. Em torno dos incontáveis aspectos do programa, fossem do campo musical e artístico,

fossem do campo recreativo ou desportivo, a participação e o convívio foram características salientes ao longo de toda a Festa.

Mas em torno do palco principal, erguido num piso de terra alugado ao preço do ouro,



os milhares de pessoas que participaram no comício de sábado e escutaram de Alvaro Cunhal a denúncia da política de desastre nacional deste Governo que é preciso demitir com urgência, expressaram com calor o entendimento de que a Festa da Alegria não é uma pausa mas uma etapa da luta por um futuro melhor para o povo português. Etapa que congrega os esforços dos comunistas e de não comunistas identificados pela comum confiança em Abril.

O 4.º distrito com mais desempregados

No comício da Festa, além do secretário-geral do PCP, re-

gistou-se uma intervenção da Direcção Regional do Minho lida pela camarada Branca de Carvalho, do CC, que, depois de uma saudação a todos os presentes, salientou:

«A realização, este ano, em que se comemorou o 10.º aniversário da Revolução de Abril, da 7.ª edição da Festa da Alegria traduz bem o significado histórico da Revolução de Abril, das conquistas alcançadas e que o Governo PS/PPP pretende liquidar. A Festa da Alegria, da iniciativa dos comunistas minhotos, é já uma festa tradicional do Minho. Durante cerca de três dias, a nossa festa é o ponto de encontro e convívio, é a vivência colectiva profundamente enraizada e ca-

racterística do povo da nossa região. Povo que, neste momento, sofre também com a política de fome e de miséria que o Governo de Mário Soares e de Mota Pinto está a praticar.»

E acrescentou:

«No Minho, em especial o distrito de Braga, é uma das zonas do País onde existem mais trabalhadores com salários em atraso, somos o 4.º distrito com mais desempregados, a repressão patronal nas empresas é feroz. Mas, também no Minho, a luta e a resistência à política deste Governo se tem traduzido em grandes acções e jornadas de luta. As marchas da fome, as manifestações, as acções dos camponeses pela abertura das feiras de gado, as grandiosas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio e outras acções, demonstram bem a força dos trabalhadores, dos democratas e do nosso Partido nesta região e o seu empenhamento na luta pelo pão, pelas liberdades, pela democracia.»

Os «considerandos» de «Odórico» Machado...

Noutra passagem, refere a intervenção da DORM do PCP: «A realização da Festa da Alegria neste momento particularmente difícil assume, pois, uma grande importância política e, porque a Festa é o esclarecimento político, é cultura e é arte, é a manifestação de confiança dos comunistas e democratas no regime democrático e no 25 de Abril, os inimigos do 25 de Abril procuram liquidá-la.

«É assim que a ofensiva da direita, encabeçada no distrito de Braga por vários presidentes de câmaras socialistas, também da Festa da Alegria um dos seus alvos. Cada Albergue objectivo de a liquidar, o conselho de administração de uma freguesia municipal de exposição de que é presidente o apotenciado neiro Mesquita Machado, fraudado, 780 contos de aluguaria de parque, isto é, cerca de 40 por cento que no ano anterior, ao mesmo tempo que deu gratuitamente aqui que ontem, no Parque da Fmra foi todo um espaço a uma praça de sa empresa turística «S30 000 nho», que tem por detrás que, apesar das individualidades bem conhecidas dos bracarense pelos negócios escuros em que a veritavelmente andam metidos vereador Cunha e o advogado Vespasiano. Por estranha coincidência, a Feira Popular, realizada nos mesmos dias da Festa da Alegria, não ram por aqui os considerandos «Odórico» Machado em relação à Festa da Alegria, be o aluguer dos frigoríficos, mercado municipal para se guardar o gelo destinado a nossa Festa, e ontem me exigiu antecipadamente dos trabalhadores do Minho a mensagem do aluguer do parque como condição para a Festa se realizasse. Em na de o Partido Summaville, ao permitir-me de uma postura de fascismo, mandou arrastar toda a propaganda da Festa, nesto e a rede da última jornada de pagamento do nosso Partido.»

«Na verdade, a figura zangada ranete e pulha do Odórico, telenovela «O Bem-Amo» das teria muito que aprender de alguns dos presidentes do Partido, irá t-

ASSEMBLEIAS DAS ORGANIZAÇÕES BRAGANÇA MATOSINHO

Culminando dois meses de actividade preparatória, decorreu no último domingo, no ginásio da Escola Secundária da Sé, a 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Bragança do PCP, momento de particular importância e significado para o trabalho político dos comunistas neste concelho transmontano, que engloba 49 freguesias e mais de uma centena de aldeias.

O secretário-geral do Partido, camarada Alvaro Cunhal, foi um dos participantes na Assembleia, tendo-se registado a sua intervenção já ao fim da tarde, durante a sessão pública de encerramento. No dia anterior tinha intervido no comício da Festa da Alegria, em Braga.

Estiveram presentes nesta 2.ª Assembleia, realizada sob o lema «Reforçar o PCP para o progresso do Nordeste», cerca de 70 delegados e mais de uma centena de convidados, tendo os trabalhos decorrido entre as 10 e 30 e as 16 e 30

tentativa de modificação da Lei dos Baldios, pela Lei de Segurança Interna e pela tentativa de encerramento das linhas férreas na região, nomeadamente a do Sabor e do Tua.

Sessão de encerramento: determinação e entusiasmo

Após os trabalhos da Assembleia, iniciativa corada de êxito e símbolo do crescente



reforço do Partido nesta região «difícil», realizou-se, com a participação de um auditório vivamente interessado, a sessão de encerramento, aberta à população.

Dois oradores na tribuna: Alvaro Cunhal e Fernando Barros, tendo este usado da palavra em nome da Comissão Concelhia que a Assembleia havia eleito momentos antes. A situação local preencheu o fundamental da intervenção deste camarada de Bragança.

O secretário-geral do Partido, após uma saudação aos presentes, referiu a profunda ligação da Assembleia à realidade económica e social do concelho (agricultura, minas, transportes, autarquias, ensino, saúde, problemas das mulheres e da juventude).

Mais adiante, sublinhando que Bragança não pertence à reacção, Alvaro Cunhal afirmou que vivem no concelho e no distrito a vontade e a determinação de luta, especialmente da classe operária, dos pequenos e médios agricultores, das mulheres, dos jovens, dos intelectuais, de todos os que lutam pela defesa dos seus justos direitos.

reforço do Partido nesta região «difícil», realizou-se, com a participação de um auditório vivamente interessado, a sessão de encerramento, aberta à população.

Dois oradores na tribuna: Alvaro Cunhal e Fernando Barros, tendo este usado da palavra em nome da Comissão Concelhia que a Assembleia havia eleito momentos antes. A situação local preencheu o fundamental da intervenção deste camarada de Bragança.

O secretário-geral do Partido, após uma saudação aos presentes, referiu a profunda ligação da Assembleia à realidade económica e social do concelho (agricultura, minas, transportes, autarquias, ensino, saúde, problemas das mulheres e da juventude).

Embora haja ainda quem sonhe com o 24 de Abril, Portugal não só não voltará a esses tempos negros, como em todas as regiões de Portugal, incluindo o Nordeste Transmontano, o 25 de Abril acabará por triunfar, mesmo naquelas regiões que a reacção quer conservar como nos tempos do fascismo — diria o secretário-geral do PCP.

Voltando à temática debatida na Assembleia, destacou uma das tarefas do Partido mais importantes, aliás decorrentes da própria Assembleia: levar a cabo um grande trabalho político de esclarecimento de massas, uma intervenção dinâmica e firme, que leve às populações uma ideia coerente do que representa a política deste Governo, das soluções fundamentais e urgentes para a resolução dos problemas nacionais e regionais, das propostas e da acção do PCP.

E, pois, necessário travar a batalha do esclarecimento!

Depois de recordar que ainda há muita gente a votar na direita, apesar de ser cruelmente atingida pela política do Governo PS/PSD, assim como pela política de governos de direita anteriores, votando, pois, contra si próprios, e que isto mostra a existência de ilusões acerca do Governo actual e dos partidos que o compõem, o camarada Alvaro Cunhal deu uma breve panorâmica dos principais objectivos da ofensiva do Governo contra o Portugal de Abril e as suas conquistas, referindo em seguida à alternativa política que o regime democrático e a recuperação económica do País necessitam urgentemente.

A luta pela derrota do Governo, a unidade dos trabalhadores e dos democratas e finalmente a necessidade de reforçar o PCP foram os últimos temas desenvolvidos na intervenção do secretário-geral do Partido, atentamente escutado em Bragança.

Células de empresa dos Olivais (Lisboa)

Está marcado para o próximo dia 18 (quarta-feira) um plenário de militantes das células de empresa dos Olivais, na cidade de Lisboa. Estarão em foco a situação política e social e a campanha de reforço das células de empresa. Participarão nos trabalhos o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central. O plenário decorrerá no CT de Moscavide.

Passeios turísticos de barco em Sesimbra

Por iniciativa da Comissão Concelhia de Sesimbra do PCP, vão decorrer a partir já do próximo domingo passeios turísticos de barco, com início às 9 horas no cais do porto de abrigo e regresso cerca das 18 horas. O preço por pessoa é de 300\$00. O passeio do próximo domingo inclui a Arrábida, com permanência na praia. Esta iniciativa da Concelhia de Sesimbra vai prolongar-se todos os próximos domingos, até fins de Agosto. As inscrições, naturalmente limitadas, funcionam no Centro de Trabalho de Sesimbra, onde são prestadas todas as informações sobre estes passeios, que, estamos certos, vão mobilizar o interesse de muita gente. Atenção, pois, ao farnel. E boa viagem!

tante centro piscatório e o principal porto pesqueiro de sardinha, foi naturalmente o das pescas. O assalto à Múta dos Pescadores e a imposição de uma comissão administrativa aparecem como objectivos claros da parte do Governo e das forças reacţionárias de entrega da Múta aos novos «tenetistas» que os pescadores expulsaram em 1974. A reclamação da adopção do projecto do PCP sobre segurança a bordo das embarcações de pesca foi dirigida numa moção aos grupos parlamentares.

Os complexos problemas do porto de Leixões mereceram grande atenção da Assembleia. A rejeição e denúncia do conjunto de diplomas recentemente aprovados pelo Governo que apontam para o despedimento de centenas de trabalhadores e que reduz a garantia salarial para 75 por cento serão objecto de luta dos trabalhadores portuários e do Partido.

Na luta dos trabalhadores desempenham papel fundamental as estruturas sindicais e CTs. No balanço do trabalho das CTs foi dada nota do importante reforço da corrente unitária e do recuo dos divisionistas, concretizando em todas as recentes eleições (caso exemplar o da Sundlete) e na própria formação de novas CTs (Nacitex, Santos e Barreto).

Nos sectores sociais que têm dado importante contribuição à luta, foi sublinhada a acção das mulheres, particularmente na luta contra o aumento das tarifas, reconhecidas embora as muitas deficiências e debilidades existentes no Partido em relação a esta frente.

A luta da população de Matosinhos

No criterioso levantamento dos grandes problemas da população e da luta pela sua resolução, uma constatação imediata: a maioria absoluta de

que goza o PS não sen Ainda concelho de Matosinhos, problema de problemas locais, e deos quais peito pelas outras forças (por análise, os casos de ilegalidade, passagem eventual corrupção, a póa freguesia de «fachada» que caracterize le gestão do PS, revelam amente a mais a importância e a anterioridade do trabalho dos comunistas nas autarquias do do irá pr celho.

Um balanço do trabalho realizado surge plenamente abra silvio. Entre as grandes a de problemas locais, a hção (tarifas, centenas de «ilhas», as construções colectivas, a falta de política de factos reconhecido de quosinhos é um dos conc mais juros aparece justifi pela Câmara PS pela falta cultura do povo), cujo pe a APU reclama, os transp públicos e a poluição — a mem particular gravidade inexistência de um plano o tor que a Câmara contin não considerar prioritária a situação de desamamento completamente deesmea conado «numa bagunçada» mbera que prejudica a população, m mero das che as carreiras de de agror culdades.

Os graves problemas desenvolvidos em Matosinhos, uma população avaliada em 24 mil alunos, pela org nção (tarifas, centenas de «ilhas», as construções colectivas, a falta de política de factos reconhecido de quosinhos é um dos conc mais juros aparece justifi pela Câmara PS pela falta cultura do povo), cujo pe a APU reclama, os transp públicos e a poluição — a mem particular gravidade inexistência de um plano o tor que a Câmara contin não considerar prioritária a situação de desamamento completamente deesmea conado «numa bagunçada» mbera que prejudica a população, m mero das che as carreiras de de agror culdades.

Os graves problemas desenvolvidos em Matosinhos, uma população avaliada em 24 mil alunos, pela org nção (tarifas, centenas de «ilhas», as construções colectivas, a falta de política de factos reconhecido de quosinhos é um dos conc mais juros aparece justifi pela Câmara PS pela falta cultura do povo), cujo pe a APU reclama, os transp públicos e a poluição — a mem particular gravidade inexistência de um plano o tor que a Câmara contin não considerar prioritária a situação de desamamento completamente deesmea conado «numa bagunçada» mbera que prejudica a população, m mero das che as carreiras de de agror culdades.

Intervenção de A. Veloso na Festa de Gondomar

Intervindo sobre a situação política no comício realizado no distrito de «Festa de Gondomar» promovida pela Comissão Concelhia do Partido, que decorreu recentemente na vila de Rio Tinto, Ar Veloso, da Comissão Política do Comité Central do PCP comentou o seguinte: «Com este Governo e com esta política multiplicam-se os casos de corrupção e escândalo. Mário Soares vem a telefalar seraficamente na necessidade de os desempregados terem ciência e confiança, mas esconde que ele próprio ganha 247 contos por mês e que os seus secretários de Estado e os seus ministros ganham, fora o resto, entre 180 e 220 contos mensais. Mário Soares e Mota Pinto falam da crise grave do País, mas no avião e começam que levaram Mário Soares à Coreia, o país gastou 60 mil contos». (...) «A verdade é que são os trabalhadores com a sua miséria e a sua fome e o seu trabalho, estão à luta e grande capital, os Mellos, os Bulhosa e companhia». (...) «A política ao serviço dos grandes tubarões da finança e do império está a cavar a sepultura do próprio Governo. E ao mesmo tempo está a unir todas as camadas sociais e todos os sectores democráticos na luta por outro Governo e outra política».

«O agravamento dos problemas nacionais, as tremendas dificuldades do povo e, sobretudo, a grandeza da luta dos trabalhadores»

Alegria!

**Intervenção
de ALVARO CUNHAL**

«A política que anuncia é, nos pontos essenciais, despidos do «blá-blá» tecnocrático, não só a continuação mas sim a insistência e agravamento na política que tem conduzido o povo à miséria e a economia portuguesa à crise profunda em que se encontra»

maras e responsáveis do Partido Socialista, em Braga.

«Por detrás das dificuldades levantadas pelo presidente da Câmara e maioria PS à Festa da Alegria está o ódio incontrolado contra a única voz que, de uma forma serena e firme, tem denunciado a situação de prepotência, corrupção, suborno, fraude, imoralidade, incompetência da Câmara de Braga, capitaneada por Mesquita Machado e seus apaniguados.

«A via monumental com que ontem o presidente da Câmara foi recebido no estádio 1.º de Maio por cerca de 30 000 pessoas mostra bem que, apesar dos seus desejos de "Bem-Amado", o povo de Braga é que não está disposto a ver transformada a sua terra numa Sucupira qualquer.»

Mais 550 militantes no Minho

«A Festa da Alegria vai continuar, mau grado o desejo dos trunfos da Câmara de Braga. A Festa da Alegria vai continuar, como vai continuar a luta dos trabalhadores e do povo do Minho, em defesa do regime democrático e do 25 de Abril. Por isso, aqui desta tribuna de confiança e esperança permito-me que apele a todos os camaradas, amigos e simpatizantes do Partido, para que, neste período tão importante da luta de massas, se empenhem no reforço da organização do Partido, concretizando também no Minho as campanhas nacionais de reforço das células de empresa e de recrutamento que, no Minho, irá trazer ao Partido mais

550 novos militantes. É traduzindo esta confiança que este ano o Partido do Minho adquiriu dois novos Centros de Trabalho, um em Barcelos, em substituição do antigo, e um em Ponte de Lima, nove anos depois de o outro ter sido incendiado e ter morrido nele um camarada.

«A terminar, permito-me ainda saudar todos os militantes comunistas da nossa região e as suas organizações, que são as principais obreiras da nossa Festa. Saudar todas as organizações do Partido de outras regiões que, mais uma vez, com grande espírito de fraternidade e sacrifício se deslocaram e participam na nossa Festa. Saudar os camaradas da Galiza, na continuação do desenvolvimento de relações entre as organizações do Minho e da Galiza, nos deram a alegria de estar presentes este ano. Saudar todos os artistas e seus colaboradores que possibilitaram a animação cultural e convívio da nossa Festa. Saudar o povo, os trabalhadores e democratas de Braga que, ao longo de sete anos, fizeram da nossa Festa a sua Festa, continuando a ser eles a mola determinante do futuro da Festa da Alegria, queiram ou não os "Odoricos" do distrito de Braga. A Festa da Alegria continuará como continuará a luta em defesa do regime democrático, do 25 de Abril e do nosso povo.»

(Noutro local publicamos extractos do discurso do camarada Alvaro Cunhal no comício da Festa da Alegria, em Braga, no último sábado)

Ainda na grande área dos problemas autárquicos, sobre os quais a APU tem actuado, forças foi analisado o problema de passagem do Padrão da Légua a freguesia, contra o projecto de lei que o PS trouxe novamente à carga na AR (cópia do anterior já rejeitada pelas populações envolvidas). O Partido irá propor um novo, em alternativa, respeitando as opiniões e interesses da população abrangida.

Sobre as colectividades e o trabalho dos comunistas nas colectividades concluiu-se a falta de apoio da Câmara, a política de concretização na atribuição de subsídios, mas também a necessidade de um trabalho mais atento e regular do Partido para esta frente.

O Partido

Um desenvolvimento muito acentuado do Partido é a primeira constatação da Assembleia quando se compararam números da organização de 74 e de agora. Foram vistas as dificuldades inerentes a este desenvolvimento e reconhecida a importante contribuição dada pela organização de Matosinhos na concretização dos objectivos gerais da luta do Partido. Nas principais deficiências a vencer, foram consideradas o desequilíbrio entre o peso das freguesias e as células de empresa, bem como das frentes de trabalho específico, a necessidade de reforço do trabalho colectivo e de criação de organismos intermédios de freguesias. Relativamente à campanha de reforço das células de empresa, um importante plano ficou consagrado: criação de mais 4 células, 13 secretariados, 13 núcleos e comissões de trabalho, 9 assembleias de célula, um encontro de células, aumento significativo de vendas do «Avante!» e «Militante». Quanto à cam-

colocam na ordem do dia a possibilidade real de deitar abaixo o Governo Soares/Pinto».

(...) «A realidade é que o Governo Mário Soares/Mota Pinto está a perder o apoio de todos os sectores políticos democráticos da sociedade portuguesa».

E apontando factos: «Em numerosos sectores católicos, com maior ou com menor projecção e influência na hierarquia da Igreja, são visíveis posições de crescente oposição às situações de miséria, de injustiça social e de corrupção provocadas pela política do Governo. São cada vez mais numerosas as vozes de importantes figuras católicas que denunciam justamente a gravidade da situação social, o alastramento da miséria e o agravamento dos problemas nacionais causados pelo Governo Mário Soares/Mota Pinto. Também dentro do Partido Socialista cresce o descontentamento e a indignação perante a política conduzida por um homem que, dizendo-se socialista do século XXI, mais não faz do que agravar a situação dos trabalhadores e proteger o grande capital e os imperialistas americanos e estrangeiros.

«Recente sondagem publicada num semanário concluiu que 32,7 por cento dos eleitores socialistas se declaravam dispostos a votar num novo partido e que 13 por cento não votariam. Apenas 48,2 por cento dos socialistas afirmam que em novas eleições votariam a votar no PS. Isto prova aquilo que sempre temos afirmado: a maioria dos socialistas não está com a política antipopular e antidemocrática de M. Soares e da direcção do PS.»

1 A verdadeira natureza do Governo e da sua política

No que respeita à primeira série de questões, há quem ponha em dúvida que o Governo PS/PSD e o Primeiro-Ministro Mário Soares sejam tão maus como o PCP os pinta.

Será justo dizer que o Governo é um governo reaccionário, com uma política antipopular, antidemocrática e antinacional, e que Mário Soares, secretário-geral do PS, é hoje um chefe da direita e da reacção?

Será justo dizer, quando fazem parte do Governo socialistas e outros antifascistas, que são fascistas certas leis que o Governo quer aprovar?

Os males da política do Governo PS/PSD

O que nos parece extraordinário não é que sejam feitas ao Governo e ao seu Primeiro-Ministro tão graves acusações.

O que parece extraordinário é que haja ainda alguém iludido acerca do Governo, do Primeiro-Ministro e da sua política.

Quando assim falamos não nos estamos naturalmente a referir aos grandes capitalistas, aos grandes senhores dos antigos monopólios do tempo da ditadura, aos grandes especuladores, aos grandes traficantes e burlões, aos altos funcionários corruptos, aos oportunistas e ambiciosos que, por dinheiro ou honrarias que satisfaçam as suas ambições, são capazes de vender o corpo a César e a alma ao Diabo.

Toda essa gente, naturalmente, está satisfeita, satisfetíssima, com o Governo Ps/PSD, com o Primeiro-Ministro Mário Soares e com a actual política de exploração, de miséria, de fome e desastre nacional.

Quando dizemos que parece extraordinário que haja ainda alguém iludido acerca do Governo, do Primeiro-Ministro e da sua política referimo-nos à maioria esmagadora da população portuguesa (...)

É difícil compreender como algum português e portuguesa destas classes e camadas sociais possa ter ilusões acerca do Governo e possa votar no PS, no PSD — assim como no CDS (que está corresponsabilizado na política do Governo e que por vezes reflicta porque lá não está). (...)

Muitos dos que votaram no PS e no PSD tomam consciência de que (conforme o PCP os preveniu) o seu voto foi um voto errado, porque acreditaram em promessas e as promessas não foram cumpridas.

Por isso estamos certos de que muitos daqueles que votaram no PS e no PSD delixaram de acreditar no Governo, estão hoje de acordo conosco em que esta política não serve e é necessário demitir o Governo e substituí-lo por outro melhor.

É tão grande esta nossa certeza que aqui, nesta Festa, confraternizando conosco, participando conosco neste comício, estão também de certeza socialistas e eleitores do PS (e também do PSD).

E porque estou certo de que aqui se encontram, daqui os saúdo cordialmente, dizendo-vos que, aqui conosco, nesta confraternização democrática, aqui conosco, nesta jornada de luta por uma alternativa política que sirva o povo e o País, é que esses socialistas, esses portugueses e portuguesas, estão no seu lugar certo.

A democracia em perigo

(...) O Governo tem a consciência de que não conseguirá alcançar estes objectivos se o povo português exerce as liberdades e direitos consagrados na Constituição, se a vida política portuguesa, se desenvolve no quadro da democracia.

O Governo tem consciência da força do povo, da oposição que cresce, da indomável determinação da luta das massas populares, da crescente intervenção política de democratas das mais variadas tendências e compreensão que, no quadro da democracia, o Governo e a sua política antipopular, antidemocrática e antinacional estão condenados à derrota — derrota certa e para breve.

Por isso o Governo PS/PSD desencadeou uma ofensiva apressada, desesperada e global contra as liberdades democráticas, contra os direitos dos cidadãos, contra a democracia política no que tem de mais essencial.

É inteiramente justo dizer que as liberdades e direitos dos cidadãos e a própria democracia política estão em sério perigo.

E se alguns põem dúvidas a esta afirmação porque Mário Soares é secretário-geral do PS e o PS é um partido ao qual pertencem muitos milhares de democratas, nós respondemos que a política de um governo não se define pelos rótulos políticos dos governantes, mas pelo que a política realmente é.

E a afirmação de que o Governo desencadeou uma violenta e global ofensiva contra a democracia política não precisa de grandes demonstrações.

Os factos aí estão para prová-lo. (...)

Uma coisa é porém o plano do Governo. Outra é a força para realizá-lo.

Mário Soares/Mota Pinto fizeram um erro de cálculo. (...) Não contaram com o povo, nem com o movimento democrático, nem com as instituições democráticas que não se limitam ao Governo e à sua maioria na Assembleia.

E por isso (estamos certos) este plano está condenado ao fracasso. Estamos certos de que neste seu intento o Governo será derrotado e o povo português, os democratas e patriotas salvarão Portugal de Abril.

A Lei de Segurança Interna

Os propagandistas do Governo proclamam que a Lei de Segurança Interna, assim como as outras leis que visam a instauração de um Estado totalitário, tem como objectivo combater o terrorismo.

Esse não é porém o objectivo destas leis. (...)

A operação contra as FP-25, no decurso da qual (devemos dizer de passagem) se registaram irregularidades e ilegalidades que con-

denam, não foi desencadeada para liquidar o terrorismo nem tão-pouco era intenção do Governo intimidar ou reprimir os grupos da

chamada extrema-esquerda e liquidar politicamente Otelo Saraiva de Carvalho (que pelo seu anticomunismo e pelo seu papel divisionista são considerados por Mário Soares como úteis instrumentos).

As repetidas acusações e insinuações provocatórias do Primeiro-Ministro Mário Soares segundo as quais as FP-25 eram instrumento do PCP, as suas declarações imediatamente antes e imediatamente depois da operação, permitem afirmar que os objectivos fundamentais da operação contra as FP-25 eram, por um lado, reforçar os argumentos a favor da Lei de Segurança Interna em discussão na Assembleia da República e, por outro lado, montar uma grande acção provocatória contra o PCP e o movimento operário. (...)

A provocação falhou e a operação atingiu afinal forças úteis ou aliadas de Mário Soares. O Governo procura agora uma saída para a embriuhada em que se meteu. Mas devemos ter por certo que o seu objectivo não será a descoberta e punição dos responsáveis nem a erradicação do terrorismo que só à reacção aproveita.

A chamada Lei da Segurança Interna, tal como a dos serviços de informação e da ficha do cidadão, não têm como finalidade a luta contra o terrorismo, mas sim a criação de instrumentos repressivos contra os adversários políticos do Governo e particularmente contra o movimento operário, popular e democrático. Não tem como fim a segurança do Estado, mas a segurança do Governo.

Esta lei põe de tal forma a nu a política antidemocrática e a vocação totalitarista do Governo, e está provocando uma tão forte e larga indignação em todos os sectores democráticos que nos próprios partidos do Governo se levantam algumas vozes com críticas e reparos. Não são bem vozes. São vozinhas. (...)

E o que dizem agora os meios da comunicação social?

Praticamente silênciam a oposição de fundo do PCP e de outros democratas a esta lei fascista. E dão grande publicidade aos hesitantes reparos de natureza secundária e às eventuais propostas de emendas de alguns deputados da coligação governamental. (...)

Preparam o terreno para que quando a lei for aprovada na Assembleia com algumas emendas, vir proclamar que, de facto, a lei tinha umas coisitas más, mas que com as emendas, já fica boa.

Ora a verdade é que não há emendas maiores ou menores que possam anular o carácter fascista desta lei.

Ela é institucional de princípio a fim. Ela é fascista pelas medidas concretas que pretende instituir, pelos seus objectivos, pela filosofia política que a inspira. (...)

A luta continua, não para que sejam alteradas tais ou tais disposições da lei, mas para que ela seja rejeitada e jamais entre em vigor.

O que está em jogo é o próprio regime democrático. O povo português, os democratas e patriotas saberão defendê-lo.

2 A recuperação capitalista causa fundamental da crise

A segunda série de questões e perguntas diz respeito à crise e à situação económica.

Perguntam alguns se a política de austeridade e os sacrifícios que foram violentamente impostos ao povo não seriam afinal necessários para fazer o País sair da crise e para a recuperação económica. Não será de esperar, perguntem, que, tendo passado as maiores dificuldades, como disse o Primeiro-Ministro, a recuperação económica seja agora possível?

A guerra às conquistas democráticas e as suas consequências

Antes de mais devemos sublinhar que a chamada «política de austeridade» do Governo Soares/M.Pinto é à luz dos interesses nacionais uma falsa política de austeridade.

Porque a «austeridade» do Governo PS/PSD — e uma terrível austeridade que se traduz em desemprego, miséria e fome — é só para as classes e camadas populares.

É uma «austeridade» que se traduz na recessão económica, no corte de verbas indispensáveis à normalidade das actividades produtivas, ao trabalho das autarquias, à saúde, ao ensino e à solução dos problemas mais urgentes das populações.

Mas quanto aos grandes capitalistas, aos grandes proprietários, aos grandes especuladores, ao Governo e às suas gentes, é um gastar e esbanjar sem rei nem roque, numa viagem que leva milhões e milhões de contos em lucros, em ostentação, em benefício privado, em viagens do Primeiro-Ministro, em enormes comitivas de capitalistas e apaniguados cada um dos quais, num só dia, como à custa do Estado mais do que o salário mensal de um trabalhador. (...)

A actuação do Governo é tal que já não pode falar-se de política económica do Governo. (...)

Essa chamada «política económica» tem significado uma criminosa obra de destruição de empresas de capital importância dos sectores básicos da economia portuguesa, de destruição da agricultura. (...) Não é uma política de recuperação económica, mas de afundamento e desastre da economia portuguesa.

Mentem sem vergonha aqueles que afirmam que a crise portuguesa resulta do 25 de Abril e das transformações democráticas realizadas.

Se em vez de fazer guerra de destruição aos sectores e empresas nacionalizadas e à Reforma Agrária, os governos tivessem, desde 1976, reconhecido e aceitado a liquidação dos monopólios e dos latifúndios e apoiado, não só o sector privado (como têm feito exclusivamente), mas as empresas nacionalizadas e a Reforma Agrária, assim como os pequenos e médios agricultores e rendeiros, as cooperativas e as pequenas e médias empresas, não temos qualquer dúvida de que (apesar de certas repercussões no nosso país da crise mundial do capitalismo) a economia portuguesa teria conhecido notável desenvolvimento e a situação económica estaria hoje desafogada e não como se encontra, estrangulada por uma monstruosa dívida externa que, a não ser congelado o seu progresso, nos arrasta para o desastre e a bancarrota.

A responsabilidade da crise não está pois nas nacionalizações e na Reforma Agrária, nem tão-pouco, como dizem alguns, nas lutas e greves dos trabalhadores, mas na guerra que sucessivos governos têm movido contra as grandes conquistas democráticas, guerra que tem tido como resultado além do agravamento brutal das condições de vida do povo, a desagregação, a desactivação, a ruína financeira de numerosas grandes empresas, a ruína e a falência de milhares de pequenas e médias empresas, a destruição das culturas e o abandono de milhares de hectares de terras roubadas às cooperativas e entregues aos latifundiários. (...)

A primeira condição para a recuperação económica é por rapidamente termo à política de destruição e desastre da economia que realiza o Governo Soares/M.Pinto e encetar uma política verdadeiramente democrática e verdadeiramente nacional.

O chamado «Programa de Recuperação Financeira e Económica»

Depois destes desastrosos resultados, toca as raízes do cinismo atreverem-se o Primeiro-Ministro, o ministro das Finanças e o Governo a apresentar ao País um novo «Programa de Recuperação Financeira e Económica» (PRFE).

O Programa define como principais objectivos para os próximos três anos: relançar o crescimento económico; atenuar o desemprego e diminuir a inflação. Mas a verdade é que isto andamos nós a ouvir há nove anos da parte dos sucessivos governos, desde o Governo do PS sozinho que tinha também Mário Soares como Primeiro-Ministro.

Todos prometeram o relançar do crescimento económico, a diminuição do desemprego e a baixa da inflação.

E o resultado foi precisamente o contrário do anunciado e, prometido. (...)

É nessa mesma política que se inseriu o chamado «Programa de Recuperação Financeira e Económica» agora anunciado pelo ministro Ernâni Lopes e por M. Soares. (...)

A política que anuncia é, nos pontos essenciais, despidos do «blá-blá» tecnocrático, não só a continuação mas sim a insistência e agravamento na política que tem conduzido o povo à miséria e a economia portuguesa à crise profunda em que se encontra.

O chamado «Programa de Recuperação Financeira e Económica» não é um programa de recuperação económica, mas um novo plano para apressar a recuperação capitalista e monopolista.

É particularmente esclarecedor que o Programa (desrespeitando frontalmente a Constituição) preveja «a transformação das instituições de crédito nacionalizadas em sociedades de capitais públicos abertas à posterior participação privada por ocasião de futuros aumentos de capital», ou seja o caminho aberto à reprivatização da banca.

É também esclarecedor que, abordando aquilo que chama a «reestruturação do sector público» o Programa preveja, por exemplo, em relação à Quimigal, a criação de uma «holding» abrangendo eventualmente empresas privadas.

Quando afirmamos que este «Programa» mostra que o Governo, tem como objectivo apressar a recuperação capitalista e a restauração monopolista assente no desastre da economia e na fome e na miséria do povo, não é uma acusação infundada que fazemos.

É o próprio «Programa» que anuncia a aceleração da declaração em série de empresas consideradas «inviáveis».

É o próprio «Programa» que anuncia despedimentos em massa como instrumento de viabilização de empresas.

É o próprio «Programa» que estabelece que «em 1985 o consumo privado continuará estagnado».

Isto significa (nesta linguagem tecnocrática) que faz parte do «Programa» a continuação da exploração desenfadada dos trabalhadores, o desemprego de 500 mil trabalhadores, atingindo particularmente a juventude, os salários em atraso, as subidas de preços, as falências em série, a miséria e a fome que atinge centenas de milhares de portugueses.

A continuar o Governo será o desastre

Esta política já deu as suas tristes provas: as provas de que é uma política, não de recuperação económica mas de desastre da indústria, de desastre da agricultura, de desastre dos serviços, de destruição de empresas, de milhares de falências, de desemprego, de fome, de miséria, e tudo isto ao mesmo tempo que o Governo actual, como os governos anteriores, pede mais e mais dinheiro emprestado ao estrangeiro, de tal forma que actualmente a dívida externa e os juros que anualmente por ela se pagam são tão grandes que sugam literalmente a economia portuguesa, e levam grande parte daquilo que produzimos e que faz falta ao nosso povo e ao nosso país. (...)

Os homens e os propagandistas do Governo dizem que a dívida externa sustém a economia portuguesa, mas na verdade a sustém não para lhe dar vida, mas (parafrazeando um dito célebre) a sustém tal como a corda sustém o enforcado.

Uns anos atrás, em 1976, M. Soares, Primeiro Ministro do governo PS sozinho, pediu sacrifícios ao povo dizendo que seria «um túnel» necessário e passageiro e que para lá do «túnel» nos esperava o desenvolvimento, a abundância e o bem-estar.

Entrar no «túnel» entrámos, mas nunca mais saímos dele até hoje e não sairemos se o comboio da governação continuar a ser conduzido por Soares/M.Pinto, se não atirarmos o Governo para a rua.

A entrada na CEE e a dependência do imperialismo

Agora, falando também da recuperação económica, vêm de novo M. Soares e o seu Governo relançar a miragem da entrada de Portugal no Mercado Comum.

Temos de insistir em que, se Portugal viesse a entrar no Mercado Comum, não seria a salvação da nossa economia, não seria o rápido desenvolvimento económico de Portugal de forma a alcançar o nível dos países desenvolvidos, mas o sacrifício dos planos e projectos nacionais de desenvolvimento, a transformação de Portugal num apêndice atrasado dos outros países do Mercado Comum, a ruína e a submissão da indústria e da agricultura portuguesas às multinacionais e a interesses estrangeiros. (...)

Por isso, quando Mário Soares (...) vem agora vangloriar-se de que finalmente, agora sim, foi decidida a entrada no Mercado Comum para daqui a dois anos, não só canta antes do tempo como, vem mais uma vez cantar vitória com aquilo que poderá ser não uma vitória, mas uma grande e trágica derrota para Portugal.

Além do mais, a entrada no Mercado Comum, seria um novo passo no caminho da dependência económica, tal como a política externa de submissão à estratégia do imperialismo norte-americano, e as concessões militares aos Estados Unidos, atingem gravemente a independência nacional e levantam para Portugal sérios riscos à segurança, à tranquilidade e à paz.

Vê-se que por todas as razões (...) é cada vez mais urgente a demissão do Governo Soares/M.Pinto e uma alternativa que permita a Portugal sair da crise e resolver os graves problemas criados por nove anos de processo contra-revolucionário.

3 Necessidade e possibilidade de uma alternativa

A terceira série de questões e perguntas respeita à possibilidade de uma alternativa:

PCP**Intervenção**
de **ALVARO CUNHAL**

Estas questões e perguntas surgem porque está muito espalhada a ideia de que a política actual não é boa, mas que não há qualquer política alternativa possível.

Outros, perguntam: tendo o PS e o PSD maioria na Assembleia da República como é possível uma alternativa política? (...)

A maioria parlamentar força relativa e existência conjuntural

A estas questões respondemos, em primeiro lugar, que uma maioria de deputados não é suficiente para manter um governo no poder.

O governo «AD» também tinha uma maioria de deputados e foi abaixo. Assim também irá abaixo o Governo Soares/Mota Pinto.

Em segundo lugar, a maioria de deputados PS/PSD existe na actual Assembleia da República, mas pode deixar de existir na futura Assembleia decorrente das próximas eleições, além do mais porque o PS e o PSD terão previsivelmente uma enorme quebra de votos e porque as condições amadurecem rapidamente para a mudança do quadro partidário (que pode vir a ser muito profunda) alterando a correlação das forças políticas, eleitorais, parlamentares e institucionais e abrindo um vasto campo a novos sistemas de alianças e a uma nova política. (...)

Os democratas e patriotas têm de trabalhar para que como resultado de futuras eleições se crie a possibilidade de uma nova maioria que dispense em absoluto Mário Soares e os seus deputados e o inflecto jogo de «charneira», cuja fachada durante alguns anos Mário Soares pintou com cores de «esquerda», mas que agora aparece sem qualquer dúvida e definitivamente como instrumento da direita.

Significa isto que o PCP admite eleições antecipadas para a Assembleia da República? Sim, admitimos.

E vemos a possibilidade real, não só de um importante avanço do nosso Partido (que é aliás indispensável para a consolidação da democracia) como de uma alteração profunda do quadro partidário e do respectivo eleitorado, que abra possibilidades de um apoio bastante, não só a nível social e político, mas a nível eleitoral e parlamentar, a uma alternativa democrática.

Governo Democrático de Salvação Nacional e participação do PCP

E antes de novas eleições?

Será possível a demissão do Governo PS/PSD e a formação de um novo Governo?

A nosso ver, no caso de impasse, é possível uma tal saída ainda que de carácter provisório e temporário.

O X Congresso do nosso Partido adiantou a proposta de um Governo Democrático de Salvação Nacional, com a participação ou o apoio de todos aqueles que, independentemente da área partidária em que se têm situado, se dispõem a resolver em comum os graves problemas nacionais com uma política democrática e patriótica. (...)

A concretizar-se tal proposta (...) consideramos que a participação dos comunistas no Governo não só seria necessária, mas completamente indispensável. (...)

Entretanto, o PCP tem manifestado a sua disponibilidade para empregar os seus esforços de forma a viabilizar-se (no plano social e institucional) uma solução alternativa que, no fundamental, interrompe o processo contra-revolucionário e constitua um passo para a salvaguarda e a consolidação do regime democrático.

Mas uma coisa é certa e dela se convence um número cada vez maior de portugueses: nas condições existentes em Portugal, sem o PCP e sem os trabalhadores (e muito menos contra o PCP e contra os trabalhadores) não é nem sequer possível resolver os problemas nacionais. Isto é: o PCP (com os trabalhadores) é um partido necessário, indispensável e insubstituível não apenas na vida democrática portuguesa, mas num governo verdadeiramente democrático.

Demissão do Governo e eleições presidenciais/85

Uma questão que alguns colocam é a de saber se a demissão do Governo será antes ou depois das eleições presidenciais.

Segundo o nosso Partido, a demissão do Governo e a formação de um governo com uma política democrática e patriótica é a tarefa política central.

A ideia, avançada por alguns, de que a mudança do Governo Soares/Mota Pinto dependerá de uma vitória democrática nas eleições presidenciais de 1985, é uma ideia aventureirista, perigosa e inaceitável.

O povo português não pode esperar pelas eleições presidenciais para que então se conclua a possibilidade ou não de substituir o Governo.

Portugal não aguenta. (...) Não são as eleições presidenciais de 1985 que devem abrir caminho à mudança do Governo, mas a mudança do Governo que pode abrir caminho à vitória democrática nas eleições presidenciais. (...)

Os nossos esforços e a nossa luta devem concentrar-se na defesa dos interesses vitais imediatos dos trabalhadores e do povo em geral, na defesa das conquistas democráticas da Revolução de Abril, na defesa do regime democrático ameaçado e da independência nacional que periga — ou seja, em resumo na luta pela demissão o mais pronto possível do Governo Soares/Mota Pinto e pela formação de um governo democrático com uma política democrática.

Bases de apoio do Governo e de uma alternativa

Um factor que acabará por ser determinante é a correlação entre a base de apoio à política do Governo Soares/Mota Pinto e a base de apoio para uma alternativa democrática.

Temos adiantado que existe já hoje uma base social e política bastante para apoiar uma alternativa democrática.

E os factos fundamentam esta opinião. Em primeiro lugar, a amplitude da indignação, dos protestos, da revolta e da luta popular. Não são só os trabalhadores, mas todas as classes e camadas antimonopolistas que combatem a política actual.

Em segundo lugar, o facto incontroverso de que numerosos membros dos partidos da coligação governamental (PS e PSD) abandonam estes partidos, erguem a sua voz contra a política do Governo e intervêm de forma crescente em variadas acções e iniciativas políticas que têm como objectivo uma alternativa democrática.

Em terceiro lugar, são particularmente sintomáticas, as críticas à política do Governo e sugestões no sentido de uma nova política, por parte de destacadas figuras da Igreja e de amplos sectores católicos.

Apesar de muitas dessas posições serem por vezes acompanhadas de cristalizados preconceitos anticomunistas e de posições hostis ao 25 de Abril, tal oposição e crítica pública à política do Governo é de certa forma um barómetro da situação: é um índice seguro e positivo de que a Igreja tem consciência da miséria e da situação desastrosa a que a política actual conduziu o povo e o País e tem também consciência, pelo contacto directo com o povo, da vaga de profundo descontentamento e indignação que se desenvolve ao nível das massas e da profunda aspiração de uma política democrática alternativa.

Dia a dia se reduz a base de apoio social, política e eleitoral do Governo. Dia a dia se alarga e reforça a base de apoio social, política e eleitoral para uma alternativa democrática.

Esta evolução constitui um factor determinante que conduzirá o Governo Soares/Mota Pinto à derrota e à demissão e assegurará a vitória da democracia, que (estamos absolutamente certos) será saudada e festejada pelo Povo português como uma nova libertação.

4

A política, a acção e o papel insubstituíveis do PCP

A quarta série de perguntas respeita aos objectivos e acção do PCP, ao que faria o PCP se fosse governo. (...)

Envenenados pela monstruosa campanha de mentiras e calúnias contra o PCP, perguntam se o PCP, se fosse governo, não restauraria um regime ditatorial, não liquidaria as liberdades e as formas de oposição.

Neste quadro de interrogações, muitos colocam a questão de saber qual o papel do PCP na democracia e na sociedade portuguesas.

O PCP na defesa das liberdades e da democracia

A verdade (demonstrada pelas ideias defendidas e pela luta travada) é que nenhuma outra força política mais que o PCP defende com coerência e firmeza as liberdades e direitos dos cidadãos e o regime democrático, tanto na sua organização económica consagrada na Constituição como na sua componente política.

Nenhuma outra força política mais que o PCP dá garantia inteira, na oposição ou no Governo, de empenhar todos os seus esforços para que sejam defendidas e asseguradas as liberdades democráticas, as instituições democráticas e as eleições democráticas.

Nenhuma outra força política mais que o PCP dá garantia inteira de estar sempre e sempre, quaisquer que sejam as condições existentes, com os trabalhadores, com o povo, com as liberdades e os direitos dos cidadãos, com as conquistas democráticas, com o Portugal de Abril.

O PCP, os católicos e a Igreja

Aqui, no Minho, onde uma grande parte da população é católica, há quem coloque também questões relativas às relações entre o PCP, os católicos e a Igreja.

Três aspectos gostaria de referir acerca destas questões. O primeiro é que o PCP respeita rigorosamente a crença religiosa, a prática do culto, os direitos da Igreja.

O segundo é que o PCP conta nas suas fileiras com milhares e milhares de católicos, sem quaisquer discriminações, sem mesmo que se pergunte aqueles que entram no Partido se são ou não são católicos.

O terceiro refere-se à conexão possível entre a luta dos comunistas, a crença religiosa e o ideário cristão.

E cabe perguntar: quem respeita mais as crenças e o ideário cristão? Aqueles que, por exemplo, dizendo-se cristãos e católicos, não pagam os salários aos trabalhadores, fazem uma vida de parasitas e de nababos, amontoam fortunas à custa do desemprego, da fome e da miséria da maioria do povo, se servem da mentira, da calúnia e da provocação contra os seus adversários e sacrificam o bem-estar, a saúde e a vida do povo às suas ambições pessoais; ou os comunistas, que, com verdade, com dignidade, com dedicação, consagram a sua luta e as suas vidas à defesa dos interesses e direitos dos que trabalham, dos pobres, de todos aqueles que são vítimas da violência e da injustiça?

Não pomos em dúvida que quem quer que ame a verdade e tenha sentimentos humanos não deixará de reconhecer que impossível é um cristão ser fascista, ser um explorador sem escrúpulos, ser um hipócrita, mas que é inteiramente possível (e a prática do nosso Partido com milhares de membros católicos bem o provam) ser cristão e católico pela sua crença e ser comunista pela sua atitude social e política.

A presença certa nesta nossa Festa e neste nosso comício de milhares de católicos que me estão ouvindo, é uma confirmação indesmentível do que afirmamos.

O reforço do PCP indispensável a Portugal de Abril

Não é apenas opinião nossa, dos comunistas, mas uma realidade da vida portuguesa, que o PCP é uma força política absolutamente necessária na vida nacional.

Se considerarmos os quatro grandes partidos actualmente existentes em Portugal (o PCP, o PS comandado por Mário Soares, o PSD e o CDS) verificamos diferenças de política, de actuação e de comportamento que confirmam a importância e o papel do PCP na democracia e na sociedade portuguesa.

Enquanto os outros partidos procuram impor ao País o domínio completo e parasitário dos grandes capitalistas e agrários e uma política de destruição das conquistas de Abril ao serviço exclusivo destas classes e da restauração do seu poder económico e político — e tratam os trabalhadores e os portugueses e portuguesas das classes e camadas antimonopolistas como cidadãos de 2.ª classe — o PCP, partido da classe operária, defende firmemente não só os interesses dos trabalhadores, mas os interesses de toda a população laboriosa.

Enquanto os outros partidos tendo como objectivo fundamental a destruição das conquistas de Abril, a recuperação capitalista e a restauração dos monopólios, conduzem uma feroz política de recessão da indústria e da agricultura, de destruição da economia, de miséria e fome — o PCP propõe uma política de aproveitamento e dinamização dos recursos, capacidades e potencialidades nacionais, uma política verdadeiramente nacional, única capaz de fazer o País sair da crise e dar solução aos graves problemas que o País defronta, no respeito pela Constituição, a legalidade democrática na defesa das conquistas de Abril, no quadro da democracia e da independência nacional.

Enquanto os outros partidos fazem da promessa demagógica, da calúnia e da mentira armas da sua luta ideológica e política e da sua propaganda, o PCP desenvolve toda a sua acção, toda a sua política, toda a sua propaganda na base da verdade, além do mais porque a verdade é uma arma poderosa do desenvolvimento democrático da sociedade e do progresso social.

Enquanto os outros partidos estão voltados para o passado, e procuram fazer regressar Portugal ao passado dos monopólios e latifúndios, ao passado da repressão e do Estado totalitário e policial, — o PCP volta a sua acção, não só para a solução dos problemas presentes, mas para o futuro, para o futuro livre, democrático e independente de Portugal, para o futuro de liberdade e de bem-estar material e cultural do nosso povo, para o futuro da construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados, uma sociedade de igualdade e justiça social — a sociedade socialista.

Estas diferenças e estas características mostram bem, não só a importância e o papel do PCP na situação actual como força indispensável para a derrota da reacção, para a defesa do Portugal de Abril e para uma alternativa democrática, mas também a importância e o papel do PCP para a evolução e o desenvolvimento da sociedade portuguesa.

Por isso, o reforço do PCP não é apenas do interesse dos comunistas, mas de todos os trabalhadores, do povo, da democracia, de Portugal.

Por isso, estamos certos de que a continuação dos progressos do nosso Partido, o êxito da campanha de mais 10 mil novos membros até ao fim do ano, o reforço da nossa organização, da nossa actividade em todos os domínios e da nossa influência de massas, é uma importante, senão determinante contribuição para a defesa de Portugal de Abril e para viabilizar uma alternativa democrática.

O PCP é uma fortaleza inexpugnável e insubstituível do regime democrático português.

Esta afirmação é completamente verdadeira no quadro dos partidos actualmente existentes. E continuará a sê-lo se, com a criação de novos partidos democráticos, o quadro partidário for alterado.

Consciente da sua força ímpar na situação actual, o PCP não é, porém, um partido fechado e sectário.

O PCP é um partido aberto ao diálogo, ao entendimento, à cooperação e à acção comum.

Por isso, sublinhamos que, na hora presente, mais que nunca, é necessária a acção comum ou convergente de todos os democratas e patriotas.

Aqui declaramo solenemente que o PCP fará tudo que esteja ao seu alcance para que se torne uma realidade a cooperação de todos os que querem salvar e continuar Portugal de Abril.

O PCP luta e lutará pela unidade de todos os que querem salvar e continuar Portugal de Abril. (...)

OBJECTIVA 84

Exposição de Arte Fotográfica Festa do «Avante!»—1984

REGULAMENTO

1.º A Festa do «Avante!» organiza em Lisboa **OBJECTIVA/84**, Exposição de Arte Fotográfica, em pavilhão próprio no âmbito da Festa, no Alto da Ajuda, nos dias 7, 8 e 9 de Setembro de 1984.

2.º **OBJECTIVA/84** propõe-se reunir obras que testemunhem a vitalidade e qualidade da arte fotográfica portuguesa actual nas suas diferentes modalidades, técnicas e temáticas; reforçar o encontro entre dezenas de artistas e um público que lhes não é habitual — as muitas centenas de milhar de pessoas que visitam a Festa do «Avante!»; e o encontro entre essas pessoas e os caminhos percorridos por uma arte fotográfica portuguesa ainda pouco conhecida e divulgada.

3.º Para além dos artistas convidados pela organização de **OBJECTIVA/84**, ela será aberta, nos termos deste regulamento, a todos os que nela queiram expor.

4.º Os participantes poderão enviar um máximo de 5 provas, a preto e branco ou cor, no formato mínimo de 18x24cm e máximo de 50x60cm.

5.º As obras devem obrigatoriamente ser entregues montadas em cartolina consistente (ou outro material consistente de espessura semelhante) e com *passerpartout* que não pode exceder as dimensões 70x80cm.

6.º A selecção dos trabalhos e a estrutura da exposição são da responsabilidade da organização de **OBJECTIVA/84**.

7.º Os participantes deverão preencher uma ficha de inscrição que se encontra à sua disposição (*) nos seguintes locais: Av. António Serpa, 26, 2.º Esq., Lisboa — telefone 769147; Avenida da Liberdade, 170, Lisboa — telefone 532161; Avenida da Boavista, 931 a 937, Porto — telefone 697948; Rua da Sofia, 73, 1.º, Coimbra — tel. 26677.

8.º Por ocasião da realização da exposição será publicado um catálogo que incluirá uma reprodução de um trabalho de cada um dos participantes. Para este efeito cada participante deverá fazer acompanhar as provas para exposição de provas dos mesmos negativos em formato 13x18cm e esmaltadas devidamente identificadas com todos os elementos que para cada caso o autor deseje que figurem no catálogo.

9.º Os trabalhos para exposição, acompanhados dos duplicados para catálogo e da ficha de inscrição, devem ser entregues até 10 de Agosto de 1984, pessoalmente na Av. António Serpa, 26, 2.º Esq. — Lisboa, ou por correio registado e com aviso de recepção endereçado a **OBJECTIVA/84** — Av. António Serpa, 26, 2.º Esq. — 1000 Lisboa.

10.º Os participantes, se o desejarem, poderão declarar o valor da obra para efeito de venda eventual. A organização não promoverá a venda das obras expostas mas por eventuais compradores em contacto com os artistas.

11.º O levantamento das obras deverá ser feito na Av. António Serpa, 26, 2.º Esq., Lisboa, pelo próprio ou por pessoa por ele credenciada, até ao dia 15 de Outubro e mediante a apresentação de um duplicado da ficha de inscrição ou do aviso de recepção referido no ponto 9.º.

(*) A partir do dia 16 de Julho.

A Festa e o desporto Lisboa: prova de atletismo no dia 5 de Agosto

• Torneio de futebol de salão na zona ocidental

Uma prova de atletismo marcada para 5 de Agosto e o torneio de futebol de salão (fase de apuramento) são desde já duas iniciativas em foco no âmbito das actividades desportivas da Festa do «Avante!» programadas para a cidade de Lisboa, segundo revelou ao «Avante!» o Comité Local.

A prova de atletismo denomina-se «Corrida da Paz» e decorrerá entre a zona de Entre-Campos e os Restauradores, na véspera do aniversário da Bomba de Hiroshima. A «Corrida da Paz» está aberta a todos os escalões etários, funcionando as inscrições no Centro Vitória, na Aveni-

da da Liberdade, 170. Entretanto, na zona ocidental de Lisboa (CT de Alcântara), 27, 1.º, telefone 638512. No próximo dia 19, às 21 e 30, realiza-se nesse mesmo Centro a reunião dos delegados das equipas, onde serão fornecidas todas as informações pormenorizadas.

deve-se contactar o Centro de Trabalho de Alcântara do PCP, na Rua de Alcântara, 27, 1.º, telefone 638512. No próximo dia 19, às 21 e 30, realiza-se nesse mesmo Centro a reunião dos delegados das equipas, onde serão fornecidas todas as informações pormenorizadas.

Trabalhadores

Acção sindical Responder às solicitações da luta

• 30 grandes acções em Julho em 10 distritos do Continente

A necessidade de avançar em todo o terreno, correspondendo às solicitações diárias da luta, obriga o movimento sindical e outras forças sociais unitárias a desenvolver e planejar actividades descentralizadas com objectivos urgentes de alcance nacional. Assim, a Inter anuncia «mais de 30 grandes acções» a decorrer, ou programadas, este mês, em 10 distritos do Continente. Refere ainda a CGTP, em nota de segunda-feira, que «as consequências da política deste Governo» produziram no primeiro semestre deste ano uma média de 27 conflitos por mês, «envolvendo mais de 800 mil trabalhadores» de empresas e sectores.

desemprego, da carestia, da miséria e da fome» que o Governo tem prosseguido a «um ritmo invulgarmente acelerado», como a CGTP faz notar. As acções de luta, esclarecimento e mobilização centram-se com mais vigor na carestia, na actualização salarial, nos salários em atraso, na defesa do sector público e da Reforma Agrária, onde os Sindicatos fazem valer o seu papel principal.

formas violentas de repressão, pelas dívidas salariais preparando o desemprego, pelos processos disciplinares contra dirigentes, delegados e activistas sindicais, pelas tentativas de remeter as comissões de

trabalhadores ao silêncio e à passividade.

Para melhorar a IT e torná-la eficaz, a CGTP-IN, de acordo com a política da Organização Internacional do Trabalho e com as normas jurídicas que



«É mínima a participação dos trabalhadores nos chamados "contratos de gestão" e "contratos-programa", propostos pelo Governo no âmbito do "Programa de Recuperação Financeira e Económica", adverte a CGTP-IN ao anunciar para hoje o Encontro Nacional das ORTs do Sector Empresarial do Estado (foto de arquivo: na Sorefame)

Destaques da semana

Hoje: Plenários das Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORTs) do Sector Empresarial do Estado; ordem de trabalhos: análise da situação do SEE; ofensiva do Governo contra o sector e medidas a tomar pelos trabalhadores / Prossegue em Leiria a campanha de mobilização e esclarecimento sobre o aumento do custo de vida / Sindicato dos Jornalistas: «Votação, por voto directo e secreto, de uma proposta apresentada pela direcção» no sentido de apoiar os grandes objectivos da revisão do contrato colectivo de trabalho (CCT) e «propor formas de luta adequadas» • **Amanhã:** Continuam em Leiria as acções de rua com concentração de mulheres e reformados; a campanha iniciada no dia 9 encerra depois de amanhã • **Sábado e domingo:** Começa em Leiria uma distribuição de documentos sobre salários em atraso; concentração de mulheres e reformados em Leiria no sábado / Anunciadas paralisações na hotelaria do Centro e do sul; abrangidas empresas abastecedoras de aeronaves • **Dias 17 e 18:** Trabalhadores bancários poderão paralisar a nível nacional / Concentração de desempregados agrícolas em Moura-Beja no sábado • **Semana de 5 a 12:** Vem a público um «dossier» distribuído em conferência de imprensa pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública, responsabilizando o Governo, através da Secretaria de Estado do Emprego, pela distribuição arbitrária de dinheiros públicos: UGT financiada com dezenas de milhares de contos / Greve nos têxteis por aumentos salariais entre 4 e 6 do corrente / Concentração em Setúbal em defesa das propostas alternativas ao plano de emergência do Governo para a região / Iniciações dos reformados, dias 6 e 7 em Lisboa e no Porto / Concentração de mulheres junto a São Bento, anunciada para dia 11, contra o aumento do custo de vida / Plenário da Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública aprova proposta apontando para um aumento, da massa salarial da ordem dos 30 por cento em 1985.

vigoram em Portugal, propõem novamente a «participação do Movimento Sindical» na gestão central e regional da IT; a «direcção da actividade industrial pelo Ministério Público», a participação de representantes sindicais no Estatuto da IT; a sua audição prévia e sistemática; a participação dos representantes dos trabalhadores nas visitas da IT; a «notificação da remessa dos autos de notícia para os tribunais».

similares de Santarém, Lisboa e Portalegre; sector agrícola de Évora; metalurgia e metalomecânica do Porto; indústria e comércio farmacêutico de Lisboa; sector têxtil do Porto e de Aveiro.

Um caso

No meio dos actos de prepotência patronal contra as organizações representativas dos trabalhadores em empresas e sectores, destacaram-se na semana passada, além dos 15 processos disciplinares no Metro, que determinaram um enérgico protesto da FESTRU, o caso da SOL-Outão, em Setúbal, onde a entidade patronal decidiu fechar à chave o refeitório onde deveria efectuar-se um plenário, quarta-feira, dia 4. As organizações representativas decidiram manter a convocação daquela iniciativa legal para o que procuraram outro sítio dentro da empresa. Ao mesmo tempo, os patrões tentavam expulsar o dirigente sindical dos metalúrgicos, que legalmente se encontrava na SOL para assistir à reunião plenária, convocada nos termos da lei. O dirigente sindical não saiu. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, «a entidade patronal mandou chamar o piquete policial». Mas o plenário fez-se, embora «durante algum tempo com a presença da polícia, que acabou por se retirar» sem levar consigo o dirigente sindical.

Ainda este mês a Inter destaca a «importância nacional do Encontro das ORTs do Sector Empresarial do Estado, a decorrer hoje em Lisboa, e a 8.ª Conferência da Reforma Agrária, em Évora (ver esta página) no próximo fim-de-semana.

Mesmo nas férias...

A propaganda governamental procura minimizar a importância das lutas desenvolvidas pelos trabalhadores e pelas suas organizações representativas, principalmente porque essas lutas, sem perderem de vista os interesses materiais e imediatos de quem trabalha, desembocam necessariamente na não aceitação de um Governo e da sua política, que constituem o principal obstáculo diante de reivindicações realistas, possíveis de alcançar no quadro de um desenvolvimento harmonioso do País. Assim é que, sublinha a Inter, «mesmo no actual período de férias», a «luta prossegue» por todo o lado e «multiplicam-se as iniciativas». Continua-se a «rejeitar massivamente a política do

A melhoria dos salários foi o motivo principal dos conflitos e acções. Para a Central unitária, que elaborou um balanço das lutas no primeiro semestre, o pagamento dos salários em atraso situa-se também entre «as causas fundamentais» de paralisações, greves e outras formas de acção sindical, na proporção de 22 por cento, enquanto que esse factor, resultante das negociações de revisão dos contratos colectivos, atinge os 70 por cento dos 30 «grandes conflitos de trabalho, envolvendo cerca de 1 milhão de trabalhadores em luta» nos primeiros 6 meses de 1984. A defesa do emprego e o aumento do custo de vida, para níveis insuportáveis como é muito notório e grave, movimentaram, por sua vez, grandes massas de trabalhadores praticamente em todos os sectores de actividade. No plano nacional — frisa ainda a CGTP-IN — são de assinalar as jornadas de 26 a 28 de Janeiro, do 1 de Março (esta em defesa do sector público da economia) do 1.º de Maio e de 2 de Junho, com a grande concentração nacional na Praça do Comércio em Lisboa.

Terra

Sábado e domingo em Évora 8.ª Conferência da Reforma Agrária

Reflectir sobre o caminho percorrido no último ano e trazer no plano da organização e da produção as orientações com vista ao futuro eis, em síntese, os principais objectivos que norteiam os trabalhos da 8.ª Conferência da Reforma Agrária a realizar já no próximo fim-de-semana, nos pavilhões do Rossio de S. Brás, em Évora.

Com início marcado para as nove horas de sábado, a Conferência contará com a presença de algumas centenas de convidados em representação de comissões de trabalhadores, autarquias, movimento sindical e operário, grupos parlamentares, partidos políticos e organizações e movimentos democráticos e ainda de dois mil delegados em representação das 350 UCP's/Cooperativas existentes e do sector agrícola privado.

Em debate estarão cinco temas cuja discussão prévia e preparação vem sendo feita de há longos meses a esta parte e que versarão questões como a defesa da Reforma Agrária, o aumento da produção e a modernização da agricultura, o reforço da organização das UCP's/Cooperativas, a luta pelo trabalho contra a fome e a exploração, uma nova política para a agricultura. No decorrer da actividade preparatória foram preenchidos e tratados por um grupo de trabalho mais de 270 inquéritos e realizados mais de 200 reuniões e plenários em que participaram cerca de oito mil trabalhadores, agricultores e técnicos.

Para além dos convites que a Comissão Organizadora endereçou a organizações e personalidades de todo o País estarão também presentes a assistir aos

trabalhos delegações do movimento sindical, cooperativo e da lavoura de diversos países.

No próprio local da Conferência os promotores assegurarão o funcionamento de um restaurante que estará ao dispor dos delegados e convidados e que fornecerá as refeições confeccionadas com produtos de Reforma Agrária.

De entre as organizações que promovem a 8.ª Conferência contam-se os Secretariados das UCP's/Cooperativas Agrícolas, os sindicatos dos trabalhadores da agricultura dos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura do Sul, várias ligas de pequenos e médios agricultores e a CRARA — Associação de Apoio à Reforma Agrária.

Dois espectáculos abertos a toda a população, a realizar às 21 e 30 horas de sábado no Teatro Garcia de Resende e às 13 e 30 horas de domingo no palco do Rossio de S. Brás nos quais participarão diversos artistas e cantores, proporcionarão por seu turno bons momentos de convívio e um espaço cultural digno de uma iniciativa com esta envergadura.

Momento alto desta jornada, aguardado com expectativa e a ser cuidadosamente preparado, constituirá o comício de encerramento seguido de um desfile de solidariedade que percorrerá as ruas da cidade e no qual se incorporarão delegações que de todo o País levarão o gesto fraterno e solidário dos trabalhadores portugueses.

Nacional

Açores Preparação das eleições

Nos Açores prossegue o trabalho preparatório com vista à participação e ao reforço dos resultados da APU nas eleições para a Assembleia Regional, previstas para o próximo Outono.

Assim, no passado domingo — à semelhança de outros que se têm realizado com o mesmo fim noutras zonas daquela Região Autónoma — decorreu em Angra do Heroísmo um Encontro da APU da Ilha Terceira, que discutiu diversos aspectos do trabalho eleitoral.

Foram na altura definidos os critérios para a elaboração da lista de candidatos e apreciados diversos aspectos do trabalho a desenvolver.

Participou nos trabalhos José Decq Mota, do CC e responsável da DORAA, que interveio sobre a situação política nacional e regional. Sobre as próximas eleições afirmou o

camarada «haver condições, nesta Ilha Terceira, para que se verifique uma presença eleitoral da APU com significado local e regional».

No final dos trabalhos a mesa deu uma conferência de imprensa.

No fim-de-semana anterior realizou-se em Ponta Delgada o encontro da APU da Ilha de S. Miguel, no qual participaram meia centena de pessoas vindas de todos os pontos da ilha.

Convocado por uma comissão promotora constituída por militantes do nosso Partido, do MDP/CDE e por independentes, o encontro enquadrou-se igualmente na preparação das eleições regionais nos Açores.

Eleger candidatos pela lista do círculo da Ilha de S. Miguel é o objectivo central, amplamente discutido e entusiasticamente aprovado pelo encontro. O encontro aprovou um manifesto eleitoral, pessoalmente

subscrito pelos participantes e que agora circulará sob a forma de abaixo-assinado para recolher apoios.

Criar uma movimentação de apoio muito aberta à eleição de candidatos da APU foi uma possibilidade constatada pelo encontro da APU de S. Miguel, que concluiu ser a eleição de deputados pela lista APU a única forma de iniciar, em termos democráticos, uma real mudança na Região Autónoma.

O encontro elegeu uma Comissão Eleitoral APU, à qual foi atribuída a tarefa de organizar a lista de candidatos de S. Miguel em função dos critérios decididos no próprio encontro.

Usando da palavra no encontro, o camarada José Decq Mota caracterizou a situação regional, tendo afirmado ser necessário «canalizar o amplo descontentamento existente em S. Miguel e nos Açores em geral em relação à política do

Governo Regional, no sentido de se conseguirem mudanças reais na correlação das forças, o que só se conseguirá com o reforço eleitoral da APU e com a eleição de candidatos propostos nas listas APU».

Aquele mesmo dirigente diria também que «para combater eficazmente a política do PSD e do Governo Regional é necessário isolar e desmascarar a política colaboracionista da direcção regional do PS, política essa que visa criar as condições, à custa de votos oposicionistas, para a criação de uma coligação regional PSD/PS».

A última intervenção do encontro foi realizada pelo camarada Aurélio Santos, do Comité Central que, especialmente convidado pela mesa do encontro APU de S. Miguel, se referiu à actual situação política nacional.

Madeira A actuação do PSD

A actuação do grupo parlamentar do PSD pondo frontalmente em causa a democracia é a própria razão de ser da Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira, levando o descrédito e a degradação a este órgão de soberania, foi objecto de uma aturada crítica por parte do deputado Mário de Aguiar, representante do Grupo Parlamentar do PCP que para o efeito convocou uma conferência de imprensa no decorrer da qual divulgou as posições do Partido relativas a esta matéria.

Começando por denunciar os propósitos do PSD de transformar a Assembleia Regional num «mero apêndice decorativo» tentando para o efeito impedir o seu funcionamento, aquele deputado referiu os expedientes utilizados como «o abuso dos processos de urgência e o artificial prolongamento das sessões pela noite fora como forma de impedir que a oposição tenha possibilidade de fazer intervenções antes da ordem do dia».

Vai mais longe, todavia, a actuação do PSD. No debate de 13 de Junho último, aquele grupo parlamentar pronunciou-se pelo impedimento da discussão no plenário dos projectos legislativos da oposição, facto este interpretado como uma tentativa de esvaziar de significado a própria Assembleia.

Isto mesmo levaria Mário de Aguiar a interrogar-se sobre «qual a razão de ser de uma Assembleia em que decisões de gabinete impedem a discussão dos projectos da oposição».

Com efeito, desde há algum tempo que se vinha verificando que os projectos legislativos que tivessem parecer negativo nas comissões especializadas não eram discutidos no Plenário.

Tendo requerido esclarecimentos ao presidente da Assembleia sobre tal prática o PCP nunca obteve mais do que respostas evasivas e contraditórias, situação esta que o debate no referido dia 13 veio de novo comprovar ao evidenciar que para os deputados do PSD as comissões especializadas podem vetar os projectos legislativos.

Ora, como denunciou o deputado comunista, «tal poder é completamente inexistente no Regimento da Assembleia Regional», estando apenas previsto nos casos estabelecidos no artigo 155.º «desde que o Plenário lhes tenha delegado tal competência».

Estamos assim perante, como sublinhou Mário de Aguiar, o desrespeito frontal do Regimento, uma prática que é um perfeito absurdo e que constitui «a total negação da democracia parlamentar», sem paralelo em qualquer sistema parlamentar do mundo.

Depois de salientar que bastaria esta situação para pôr em causa a actuação do PSD na Assembleia Regional, o parlamentar comunista foi mais longe e adiantou que na verdade é todo o «funcionamento da Assembleia Regional» que está marcado pela ineficácia, ultrapassagem, falta de rigor e por um deficiente funcionamento.

Fundamentando a sua afirmação o deputado chamou a atenção para a inexistência de comissões específicas, comissões de inquérito, ou de iniciativas de estudo de problemas concretos e referiu os 102 requerimentos, apresentados pelo PCP até à data dos quais apenas 43 obtiveram resposta.

Depois de denunciar o «escandaloso comportamento» dos deputados do PSD que secundam esta prática da Assembleia, que frequentemente utilizam o «insulto e a provocação» e atitudes e «posturas incompatíveis com o cargo que exercem», aquele militante comunista aludiu por último à necessidade de se esclarecer, para defesa do prestígio e da dignidade da Assembleia, quanto às «fundadas dúvidas» que se levantam acerca da utilização por parte de deputados do PSD dos dinheiros da Assembleia.

A este propósito, conforme salientou, o PCP apresentou já um requerimento e até à data as respostas obtidas foram apenas parciais.

Povos em defesa dos baldios

«Querem-nos roubar os baldios», este o grito de alerta que percorre as zonas serranas do centro e norte do País dirigido a todos os povos e com partilha na sequência da apresentação na Assembleia da República de três projectos de lei que visam liquidar a actual lei e que actualmente se encontram na respectiva comissão para discussão na especialidade após a aprovação na generalidade em Maio último.

Da iniciativa do PSD, do CDS e da ASDI os referidos projectos para além de prevenir o roubo dos baldios aos povos, a entrega às juntas e aos Serviços Florestais, abrem caminho à sua alienação pelas empresas de celulose e à sua apropriação pelos caciques locais.

Conforme salienta um comunicado do Secretariado dos Baldios do Distrito de Coimbra

recentemente emitido a propósito desta matéria com a destruição dos actuais diplomas (39 e 40/76) — leis que os povos consideram boas e justas — «fica aberto todo o caminho que conduz à destruição dos nossos baldios».

Desrespeitando promessas e compromissos anteriormente assumidos muitos dos deputados que agora votaram favoravelmente tais projectos estão a lesar direitos históricos e alienáveis dos povos serranos, a introduzir de novo a intranquilidade nas suas comunidades.

No comunicado os Conselhos Directivos de Baldios (CDB's) de Coimbra depois de manifestarem a sua estranheza quanto às razões que presidem a «este assalto aos baldios», quando é sabido que eles nas mãos dos povos «têm sido um factor de desenvolvimento e progresso salientam a sua firme disposição de não se dei-

xar vergar perante as ameaças e de prosseguir a luta na «defesa dos nossos baldios».

Nesse sentido vai, aliás, o apelo para que todos os CDB's promovam assembleias de compartes que tomem posição face a este autêntico roubo e tomem medidas como deslocações aos órgãos de Poder e enviando moções, telegramas e abaixo-assinados repudiando a destruição da lei.

MARN

Na sequência de uma recente deslocação a Lisboa onde encetou contactos com a Comissão de Agricultura da Assembleia da República o MARN (Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte) exige a divulgação do projecto de revisão da Lei do Arrendamento e reclama a sua intervenção na discussão do projecto final.

O MARN alerta para as consequências que advirão da diminuição de gado na região de Coimbra em resultado do encerramento das feiras de gado sem medidas alternativas para o escoamento da pecuária.

As negociatas dos intermediários que compram e vendem as reses ao preço que bem lhes apetece sem que haja qualquer intervenção da Junta Nacional dos Produtos Pecuários (JNPP) mereceu também um reparo do Movimento dos Rendeiros.

Depois de reivindicar a criação de linhas de crédito bonificadas que permitam aos agricultores investir em máquinas, gado e terras o MARN protesta contra os constantes e incompatíveis aumentos dos factores de produção que geram situações quase insustentáveis para os homens do campo.

Internacional

América Latina

Uma realidade contraditória uma opção popular comum

A análise da situação política-económica da América Latina e do vigoroso surto de mobilização popular pela democracia, foram dois grandes temas de debate na reunião de partidos comunistas da América Latina recentemente realizada em Buenos Aires.

O encontro reuniu os secretários-gerais e outros destacados dirigentes dos partidos comunistas do Uruguai, Paraguai, Brasil, Chile, Equador, Peru,

Colômbia, Venezuela, Bolívia, Panamá, Cuba e Guiana e foi presidido pelo secretário-geral do Partido Comunista da Argentina, Athos Fava, contando



A América Latina contra o FMI

ainda com a presença, como observador, de uma delegação da Frente Sandinista de Libertação da Nicarágua.

Dos debates ressaltou a necessidade de fazer frente à política «agressiva e belicista da administração Reagan», o que implica a necessidade de «enfrentar a desestabilização e os planos golpistas impulsionados pelo imperialismo e as oligarquias locais».

Particularmente realçado foi ainda o facto de a política dos Estados Unidos na região estar estreitamente vinculada à «humilhante dívida externa dos países que a integram», tendo sido contrária «em cumplicidade com as oligarquias nativas e o capital financeiro, que procuram manter a dependência e o atraso». O que bem pode servir de exemplo e lição para todos nós.

O encontro realizado em Buenos Aires pelos comunistas latino-americanos centrou-se assim numa realidade muito

Revolução sandinista

Dia 19, a Revolução Popular Sandinista da Nicarágua comemora o seu V Aniversário.

Como forma de solidariedade com o povo da Nicarágua, a Comissão Nacional Portuguesa promove uma sessão comemorativa nesse dia, às 21 e 30, no Teatro Maria Matos, em Lisboa.

O embaixador da Nicarágua, Fanor Herrera, participa na sessão como representante da Frente Sandinista sendo um dos oradores, conjuntamente com o Eng. Aquilino Ribeiro Machado e José Luis Judas.

A sessão comemorativa é presidida pelo Prof. Henrique de Barros.

A parte cultural conta com a participação de Carlos Mendes e o «Triângulo do Mar».

complexa e rica, onde a dura batalha de classes, com contornos nitidamente anti-imperialistas, assume as mais diversas formas.

Bastará citar aqui o estranho sequestro do presidente boliviano, sem dúvida sintoma de planos mais vastos ainda não elucidados, que entretanto



Manifestação em Manágua de apoio à Revolução

para já conduziu à algumas medidas de saneamento no Exército e na polícia e a prisões em organizações de direita. Ou ainda a contraditória realidade argentina onde simultaneamente se procede a importantes alterações nas cúpulas do Exército e a irrisórios aumentos salariais, que levaram protestos da Confederação Geral do Trabalho, central sindical dos trabalhadores argentinos. Factos a que se podem somar muitos outros, como as importantes vitórias militares da guerrilha salvadoreña, as grandes acções de massas no Uruguai e, num plano bem diverso, mas significativo, as tentativas de relativa demarcação do governo das Honduras em relação aos Estados Unidos, garantindo-se simultaneamente uma «amizade inalterável» com os Estados Unidos.

Neste quadro, contraditório, em permanente evolução, mantém-se uma constante: a oposição frontal entre a política «agressiva e belicista da administração Reagan», como é salientado no documento dos comunistas latino-americanos, e que visa perpetuar sistemas ditatoriais favoráveis às opções neocolonialistas e belicistas próprias do imperialismo, e a grande batalha contra a miséria, pela posse das riquezas nacionais, pela democracia, que lavra no continente.

Uma oposição comum a toda a América Latina, e que assume uma expressão particularmente elucidativa na Nicarágua onde, como recentemente foi denunciado uma vez mais pelo dirigente sandinista Daniel Ortega, «os EUA violam o direito internacional, utilizam a força legalmente, semeiam o terror, a morte e as destruições» — mas «a Nicarágua reafirma a sua vontade de edificar o seu futuro sem a ingerência estrangeira nos seus assuntos internos».

Conferência do PC do Chile

O Partido Comunista do Chile realizou recentemente a sua Primeira Conferência Nacional no interior do país, na clandestinidade. No documento final, são destacados alguns pontos fundamentais da realidade actual, com realce para a luta pela democracia, a denúncia da situação económica criada, a importância da unidade, o papel decisivo da luta de massas.

Referindo o papel decisivo da luta pela democracia, destaca-se: «O fim da ditadura e o regresso à democracia constitui uma necessidade vital para o país e o elemento chave, a partir do qual se poderá iniciar a solução dos problemas que afligem os trabalhadores e o povo em geral, e avançar pelos caminhos do progresso social».

A denúncia da situação económica criada e das responsabilidades implícitas, é elucidativa. Afirmando que «Pinochet e o seu regime transformaram o Chile num apêndice do imperialismo», dá-se um esboço da actual situação: «O Chile en-

trou no círculo vicioso da dependência imperialista, endividada-se cada dia mais, para pagar os juros que deve, com a agravante que a dívida acumulada não se reduz, antes aumenta por causa das elevadas taxas de juro impostas pela banca internacional».

Na parte final, o documento sintetiza as tarefas centrais dos comunistas chilenos neste momento. «A Conferência Nacional apela a todos os militantes para que fortaleçam mais e mais orgânica, ideológica e politicamente, o nosso glorioso partido e as suas Juventudes Comunistas; para que estreitem e desenvolvam os vínculos com as massas e se mantenham decididamente à cabeça das suas lutas».

«A Conferência realizou-se no meio da batalha, e apela ao seu alargamento, à unidade para derrotar a tirania e estabelecer um regime democrático».

«Reafirma o objectivo histórico da nossa classe operária e do nosso povo, de avançar até ao socialismo».

Desmilitarização do Cosmos

Que resposta dos EUA?

Nos últimos dias do passado mês de Junho a União Soviética fez uma proposta oficial à administração norte-americana, para que fossem iniciadas conversações sobre a prevenção da militarização do espaço cósmico. Concretamente a União Soviética propõe que se chegue a um acordo sobre a proibição e liquidação de todo o tipo de armamentos no espaço, nomeadamente engenhos cósmicos de choque, incluindo sistemas anti-satélite e antimísseis de estacionamento cósmico, bem como todos os engenhos de estacionamento terrestre, aéreo e marítimo, destinados a abater alvos cósmicos. Simultaneamente apontava-se para o estabelecimento de uma moratória recíproca sobre os testes e a instalação de armamento cósmico, a partir do momento do início das negociações. A resposta norte-americana constitui, na prática, uma dupla fuga à proposta soviética.

Por um lado, começa-se por colocar condições prévias reconhecidamente inaceitáveis, pretendendo ligar as conversações sobre desmilitarização do cosmos ao debate de armamentos nucleares estratégicos europeus, ou seja: pretende-se reeditar as múltiplas tentativas de fazer regressar a União Soviética à mesa de conversações com os dados previamente viciados pela instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa. Regresso a que reiteradamente a União Soviética se tem recusado, exigindo que se volte à situação anteriormente existente.

Por outro lado, tenta-se esvaziar as conversações de conteúdo, tornar o quadro da

discussão tão vago quanto possível, limitando a discussão apenas à «abordagem geral» (!) do problema, sem nenhuma concertação prévia sobre o tema e as linhas gerais do debate a efectuar. Assim, e uma vez mais, se quer recorrer a negociações, não para negociar seja o que for e muito menos chegar a resultados concretos e positivos, mas tão-só para deitar areia nos olhos da opinião pública mundial e em particular do eleitorado norte-americano. Negociações para cobrir com palavras de paz o prosseguimento da corrida aos armamentos. Nada de novo, portanto. Uma simples reedição da prática da delegação norte-americana nas conversações de Genebra.

Porquê a demagogia?

Convém entretanto não esquecer que ainda não há muito Reagan proclamava abertamente a sua cruzada anticomunista e declarava, sem peias, que o seu objectivo era a destruição da comunidade socialista. E há apenas alguns meses, Weinberger dizia que a política armamentista norte-americana, e os correspondentes preparativos são «legítimos e de uma grande moralidade» (!), enquanto atribuía à União Soviética «a pretensão de utilizar a qualquer momento a força das armas, o desejo de estender o seu domínio político e militar por todo o mundo».

É evidente — e a prática muito concreta demonstra — que a política externa norte-americana não mudou. Então porque tantos esforços — e estes não são os primeiros — desenvolvidos pela administração Reagan para se colar uma falsa imagem de pacifismo?

É fora de dúvidas que a perspectiva das eleições de Novembro condicionam palavras e actos dos dirigentes políticos norte-americanos. Conclindo uma prática de guerra com palavras de paz e até um arremedo de conversações, pode-se ganhar por dois carinhos; manter os apoios, decisivos, do complexo militar-indus-

trial e simultaneamente dar confiança e uma imagem de responsabilidade política à generalidade do eleitorado.

Esta preocupação de alimentar uma falsa imagem pacifista, não deixa de ser significativa. Testemunha da vontade da paz, da crescente consciência, também entre o povo norte-americano, dos imensos perigos que o prosseguimento da corrida aos armamentos acarreta.

A este facto se devem os esforços redobrados de Reagan de atenuar, aos olhos da opinião pública, a sua vincada imagem de «falcão».

Na sessão da NATO realizada em Washington, em Maio passado, foi aprovada uma declaração final em que não faltavam múltiplos apelos à Paz. E no entanto, a coberto das condições exigíveis para um «diálogo construtivo entre o Leste e o Ocidente», vai-se, desde a tentativa de ingerência nas questões internas da URSS, através da costumeira invocação dos «direitos do homem», ao reconhecimento do «direito» de intervenção militar da NATO na sua «esfera de acção», e ainda à reafirmação da intenção de utilizar a arma nuclear em primeiro lugar, através da fórmula ambígua: «A aliança não utilizará nenhum dos seus sistemas de armas... a não ser para responder a uma agressão».

O discurso pronunciado por Reagan perante o parlamento irlandês, em 4 de Junho, foi propagandeado como uma expressão afirmativa da vontade de paz da Casa Branca. Mas a verdade é que também aí, as propostas de negociações assentavam na realidade (e na condição) do prosseguimento da implantação dos *Pershing* e dos mísseis de cruzeiro na Europa, num ritmo cada vez mais acelerado.

Basta arranhar um pouco o verniz pacifista destas tomadas de posição, para rápida e facilmente se chegar ao seu verdadeiro e inalterado conteúdo: a defesa da «legitimidade» da política de força do imperialismo, do prosseguimento da corrida aos armamentos.

A prática é o factor determinante

A demagogia é simultaneamente cobertura de uma política antipopular e reflexo de dificuldades reais. Dificuldades sensíveis na própria NATO: os seus dirigentes europeus não podem ignorar, sob pena de por isso pagarem um elevado custo político, a vontade e a pressão, as grandes lutas, o amplo movimento popular contra a corrida aos armamentos, contra as armas nucleares.

Nada impede que tais difi-

culdades, agravadas por avanços na luta universal pela paz, acabem por impor a dirigentes imperialistas sentarem-se à mesa de negociações — para negociar de facto.

É mesmo esse o único futuro possível enquanto tal. A alternativa não existe.

Mas ir para a mesa de conversações terá que ter uma correspondência sólida na prática política — e portanto forçosamente terá que traduzir-se num retrocesso marcado no caminho que está a ser seguido.

E o caminho actual abarca factos tão graves como: a instalação dos mísseis *Cruise* nos submarinos norte-americanos em violação frontal dos acordos *SALT-2*, a recusa e oposição às propostas soviéticas contra a militarização do espaço (posição em que os EUA se encontram completamente isolados), a atribuição, para a «guerra das estrelas», da quantia de 1,7 milhões de dólares no orçamento de 85.

São estes os factos concretos e reais. Factos completamente incompatíveis com negociações sérias de paz. Factos que só a força do movimento internacional pela paz, e consequente política externa de paz da comunidade socialista, a consciencialização da opinião pública nos próprios Estados Unidos, poderão — e deverão — vir a alterar.

Aumento das taxas de juro agrava crise económica

A última semana de Junho ficou assinalada na situação económica internacional por mais um aumento de 0,5 por cento das taxas de juro dos principais bancos norte-americanos, considerado como uma provocação à generalidade dos países da América Latina.

A decisão, como efeito, foi tomada pouco depois da Conferência de Cartagena, onde os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças de onze países latino-americanos debateram os problemas provocados pela sua elevadíssima dívida externa e apelaram aos credores, em particular à Banca privada norte-americana, para que reduzissem as taxas de juro.

Esta atitude, que se presume pretender ser uma prova de força, é pelo menos insólita na actual conjuntura económica em que os países em vias de desenvolvimento se encontram positivamente à beira do colapso e, portanto, incapazes de assumir os seus compromissos artificial e constantemente aumentados através da subida das taxas de juro. Este aumento, o quarto desde o início do ano, agrava por si só em mais de dois mil milhões de dólares a dívida latino-americana e em cerca de oito mil milhões de dólares a da totalidade dos países em vias de desenvolvimento.

Para se ter uma ideia da verdadeira exploração desenfreada levada a efeito pelos Estados Unidos, que com toda

a justiça pode ser classificada de dominação colonial, basta dizer que enquanto o «auxílio» económico e militar concedido a países estrangeiros varia entre 12 e 13 mil milhões de dólares, o que deles Washington retira é qualquer coisa como 125 a 150 mil milhões de dólares!

No que se refere aos países em vias de desenvolvimento, os especialistas calculam que os rendimentos usurpados pelos monopólios norte-americanos e de outros países ocidentais representam o dobro dos capitais que esses países recebem do ocidente, sob a forma de «auxílio».

A gravidade da situação é de tal ordem que o circunspecto «Le Monde» classificou o novo aumento das taxas de juro de «imperialismo económico».

O objectivo da medida dos bancos norte-americanos, prontamente seguidos pelos cinco mais importantes bancos privados do Canadá, é tanto mais obscuro quanto é certo que uma interrupção generalizada no pagamento das dívidas os levaria inevitavelmente à falência. Não deixa de ser

sintomático que, na Conferência Monetária Internacional, realizada no mês passado em Filadélfia, o director-gerente do FMI, Larosière, tenha terminado o seu discurso (de um optimismo fictício) com um apelo à intervenção dos governos para que alterem a situação de perigosa hegemonia da banca multinacional nos empréstimos em vias de desenvolvimento.

Mas mais interessante ainda foi um discurso posterior de Kissinger, de que o «Los Angeles Times Syndicate» fez ampla divulgação, eivado do maior pessimismo no que toca à crise do sistema financeiro internacional.

Perigo de confronto

A opinião do ex-secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, quanto à validade das soluções impostas pelo FMI não podiam ser mais esclarecedoras. O seu remédio — diz — que na realidade impõe a austeridade, dá bons resultados quando aplicado numa só injeção mas é provável que termine em maíngro político quando os doentes são uma vintena de países e a doença dura grande parte de uma década.

Kissinger vai mesmo mais longe ao manifestar a sua concordância com o presidente argentino, Raul Alfonsín, quando este afirma que a intensifica-

ção da austeridade preconizada pelo FMI seria um suicídio político.

O ex-secretário de Estado, que não pode ser acusado de progressista, mostra-se no entanto realista quando afirma que não há quaisquer probabilidades de amortizações dos empréstimos por um período de, pelo menos, uma década, considerando que até mesmo o pagamento dos juros tornar-se-á politicamente insuportável, a menos que seja enfrentado como problema económico de natureza política e não de natureza técnica.

Kissinger não defende, evidentemente, a nova ordem económica internacional cada vez mais exigida pelos países

do chamado terceiro mundo, mas é suficientemente lúcido para entender que uma recusa em se reconhecer a impossibilidade real do pagamento das dívidas externas e dos seus famigerados juros, provocará uma confrontação política entre os EUA e os seus principais devedores latino-americanos.

Preocupado com as previsíveis consequências económicas e políticas da actual situação, Kissinger defende mesmo que os bancos (multinacionais) devem ser encorajados a renunciar à pretensão de que é possível o serviço do pagamento total das dívidas e a deixarem-se de manobras de contorcionismo tendentes a manter vivo o mito.

Ou seja, por outras palavras, o único caminho para vencer a profunda crise que afecta os países em vias de desenvolvimento terá de se o diálogo e o da renegociação das dívidas externas, através de um freio eficaz à voragem crescente do imperialismo.

Não deixa de ser curioso assinalar a profunda diferença existente entre o justificado alarme de Kissinger face à actual crise e a demagógica confiança com que Mário Soares pretende apresentar o resultado do crescente enfiamento do país ao FMI e à Banca internacional. A recuperação da situação portuguesa seria de tal ordem que a partir do actual semestre os portugueses começariam a colher os frutos da austeridade imposta. Embora Mário Soares não tenha explicado que portugueses seriam esses — se os desempregados, os com salários em atraso ou os que estão a enriquecer à conta da crise —, o ministro Ernâni Lopes veio a semana passada à televisão afirmar a mesma confiança mas remetendo a melhoria para o próximo ano.

Tendo presente as preocupações de Kissinger — um amigo do peito de Soares — é de prever que tal data, como a da entrada para a CEE, será sucessivamente adiada. Ou pode ser que não, mas por outras razões: antes disso o actual Governo será posto na rua.



Crescimento das Taxas de juro: um peso incomportável

A guerra bacteriológica — Dirigentes do Instituto de Estudos e Protecção das Riquezas Naturais e Culturais do México denunciaram recentemente em Richmond, na Califórnia, que os EUA estão a utilizar armas bacteriológicas contra a população salvadoreña. Segundo aqueles dirigentes, tais armas provocam a morte de crianças no espaço de quatro a cinco horas e de adultos em poucos dias.

O mesmo recurso é utilizado na Nicarágua, de acordo com declarações do ministro da Saúde do governo sandinista. O receio de graves epidemias levou já as autoridades nicaraguenses a reforçar as equipas médicas nos departamentos de Esteli, Jinotega e Nova Segovia, alvos preferenciais da guerra não declarada conduzida pelos EUA contra a Nicarágua. Os perigos destes bárbaros ataques para a população civil são ainda agravados com as destruições sistemáticas que os somozistas fazem a hospitais e outros estabelecimentos médicos, bem como através do assassinio de médicos e paramédicos. Não se trata de um método novo de agressão dos EUA. Já em 1969 a CIA incluía nos seus planos agressivos contra Cuba a guerra bacteriológica. No livro «Quem é quem na CIA», do investigador Julius Maeder, revela-se a existência de um plano secreto elaborado em Washington com esse objectivo, bem como as regiões de Cuba escolhidas para o efeito. A epidemia de peste africana que há alguns anos dizimou quase por completo os porcos em cinco províncias cubanas, as «pragas» que afectaram as plantações de cana-de-açúcar e a cultura do tabaco, são exemplos elucidativos das formas criminosas com que o imperialismo norte-americano procura levar de vencida os países em vias de desenvolvimento.

Direitos humanos nos EUA — À medida que se aproximam as eleições presidenciais norte-americanas, Reagan e os seus acólitos desdobram-se em discursos sobre a defesa dos direitos humanos, que aproveitam para lançar as mais torpes mentiras sobre os países socialistas e todos os que não se submetem aos ditames de Washington.

Entre o que afirmam e a realidade, inclusive nos Estados Unidos, qualquer semelhança é mera coincidência. Isso mesmo foi de novo demonstrado recentemente em Potomac, durante uma conferência comemorativa do 20.º aniversário da lei sobre os direitos civis. De acordo com os participantes, a administração Reagan tem feito tudo para liquidar as esperanças dos negros americanos à igualdade de direitos. Outro tanto sucede no que se refere aos cidadãos de origem latino-americana e aos índios, igualmente objecto de discriminação social.

Desde a chegada da administração Reagan ao Poder, o número de pessoas que vivem abaixo do nível oficial de pobreza aumentou de 29,6 para 37 milhões; actualmente, cerca de 3 milhões de pessoas não dispõem de habitação nos EUA e o desemprego afecta cerca de 30 milhões de americanos.

As estreitas relações entre tais defensores dos direitos humanos e reconhecidos criminosos não é menos significativa. De recordar a propósito a visita feita há dias pelo chefe dos «esquadrões da morte» D'Aubuisson, a Washington, onde foi calorosamente recebido no Capitólio. Responsável com a sua organização terrorista pela morte de mais de 50 000 salvadoreños, D'Aubuisson é sem dúvida um dos bons amigos de Reagan.

Como a própria imprensa norte-americana fez notar, a cooperação com D'Aubuisson é «vitalmente necessária» ao governo para assegurar a política reaganiana em El Salvador. Em nome dos direitos humanos, é claro!

Outra figura a registar nos EUA é a de Eden Pastora, contra-revolucionário que tem dirigido a guerra contra a Nicarágua a partir da Costa Rica, graças à ajuda da CIA. Os seus desentendimentos pontuais com a tenebrosa organização são sempre ultrapassáveis desde que saiba continuar a ser útil aos objectivos «humanitários» de Washington. É pelo menos o que se pode inferir da liberdade com que Pastora deu uma conferência de imprensa nos EUA a semana passada (e que a televisão portuguesa prontamente divulgou), defendendo a necessidade de garantir eleições livres na Nicarágua. Por livre, para a administração Reagan, entende-se eleições à moda de El Salvador, onde o vencedor é escolhido na Casa Branca. Tudo, enfim, em nome dos direitos humanos...